**PROGRAMA DO PSTU CONTAGEM**
**ELEIÇÕES 2024**

**Contra os bilionários capitalistas,**
**é revolucionário e socialista dessa vez!**

Apresentamos neste documento um conjunto de debates e propostas programáticas para construir uma cidade voltada para atender as necessidades da população trabalhadora, da juventude e dos oprimidos.

Chamamos aqui a construção de uma alternativa de classe, independente, revolucionária e socialista.

Convidamos todas e todos a fazerem parte desta discussão e de nossa campanha.
Também reivindicamos as discussões do Congresso do Povo de Contagem, que debateu no primeiro semestre deste ano propostas para diversas áreas e necessidades da população trabalhadora de Contagem.

## CONTAGEM SOFRE OS EFEITOS DA CRISE ABERTA NO MUNDO CAPITALISTA.

Estamos vivendo mais uma etapa dessa fase decadente do capitalismo, o Imperialismo. A concentração e centralização de capital e das riquezas nas mãos de cada vez menos capitalistas também aglutinam poder e disparidades sociais sem precedentes. Isso também se reflete na desigualdade entre os países, onde poucos países ricos dominam a grande maioria da humanidade através do poder financeiro, político e militar.

A partir da crise econômica mundial de 2008, passamos para uma fase de intensificação das disputas interimperialistas. Das disputas comerciais entre China e EUA, e entre essas e o bloco decadente da União Europeia, transbordam para guerras, xenofobia, e o crescimento de uma extrema-direita, **com setores claramente nazistas e fascistas.**

Dentro dos próprios países imperialistas o capital financeiro e **a burguesia se dividem transformando suas disputas internas em estágios à beira da guerra civil.** Alguns setores ainda defendem o consenso democrático, enquanto outros, defendem a escravização direta e o ataque a todas as conquistas e liberdades democráticas dos explorados e oprimidos. Mas uma coisa os unificam: impor sacrifícios cada vez maiores contra a classe trabalhadora. O "democrático" Macron impôs a Reforma da Previdência passando por cima do parlamento. Os direito ao aborto, conquista das mulheres nos EUA desde a década de 70, vem sendo retiras por governadores de extrema-direita. Golpes militares se espalham pela África e a instabilidade política se espalha.

Frente aos ataques aos direitos a classe trabalhadora reage. Na Inglaterra vive-se a maior onda de greves das últimas décadas, levando à derrota do Partido Conservador após 14 anos no poder. Enquanto na França, Macron, perdeu a maioria para a esquerda unificada. Podemos ver também a onda de solidariedade nos EUA, prindipalmente, na juventude, contra o "Genocídio" do povo Palestino.

Não podemos esquecer que vivemos uma pandemia que levou a perda de 20 milhões de pessoas, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), onde se evidenciou a face cruel e hedionda do capitalismo, preferindo garantir o lucro ao invés de salvar vidas.

Mas é nas guerras de rapina imperialista que podemos ver a magnitude da decadência do capitalismo. A Rússia, de Putin e sua oligarquia burguesa-stalinista, tenta avançar na colonização direta da Ucrânia, através de uma invasão militar, com objetivos de garantir o controle absoluto das riquezas industriais e do território ucraniano, visando a manutenção de seu protetorado, da mesma

forma como faz nas ex-repúblicas soviéticas. Por seu lado, a OTAN chantageia o povo ucraniano visando também a colonização e o controle sobre as riquezas. O povo ucraniano tem demonstrado heroísmo imenso na defesa de seu direito à autodeterminação, apesar de seu governo entreguista e pró-imperialista de Zelensky.

Mas é na Palestina ocupada que vimos as cenas mais evidentes e escancaradas de que o capitalismo é um sistema "morto-vivo", capaz das maiores atrocidades contra os seres humanos. O "sionismo" uma ideologia ultranacionalista, colonialista, sectária religiosa, impõe um genocídio contra o povo palestino, em Gaza. Mas a ocupação da Palestina acontece desde a década de 30 do século passado, com diversos massacres e atrocidades contra a população. Neste momento, se agrava a crise humanitária. Segundo a revista Lancet, uma publicação inglesa, o genocídio palestino já provocou a morte de 186.000 pessoas em Gaza, seja pelos bombardeios, a fome e sede, as doenças que se espalham, falta de medicamentos e tratamentos médicos. Isso significa 8% da população de Gaza. Israel promove uma verdadeira operação de genocídio e limpeza étnica sob a complacência absoluta dos países imperialistas, da burguesia árabe, das monarquias saudita, seus reis e tronos.

Nossa total solidariedade ao povo Palestino. Somos a favor do BDS (Boicote, Desinvestimentos e Sanções) ao Estado de Israel e suas empresas. Entendemos que o dinheiro do povo brasileiro e de Contagem não devem ser usados para financiar o genocído do povo palestino. Foi um absurdo a Prefeitura de Contagem ter assinado contrato com a empresa israelense MindLab, de materiais didáticos, uma empresa sionista. Isso significa que o dinheiro dos impostos pagos pela população de Contagem foi usado para a *máquina de guerra israelense* assassinar crianças palestinas.

Entendemos que a Prefeitura de Contagem deve ser parte de um amplo movimento mundial para os Estados rompam relações diplomáticas e comerciais com o Estado de Israel.

**Crise climática é uma realidade.**

A crise climática é outra face desse processo de degradação capitalista. Esse sistema se baseia num modelo econômico com crescimento desenfreado e parasitário, sem planejamento, sem levar em consideração as necessidades reais da humanidade, e voltado para o lucro de uma minoria de capitalistas e bilionários. A natureza, fonte primária de todas as riquezas, é destruída incessantemente, levando ao esgotamento dos recursos, alterando os ciclos climáticos, e hoje coloca a propria existência da humanidade em risco. Estamos frente a frente com a possibilidade de mais uma extinção em massa nas próximas décadas. Mas as consequências são sentidas desde agora e pela população mais pobre, que moram em regiões de maiores riscos. Isso ficou evidente nas chuvas e enchentes no Rio Grande do Sul.

Em todo os cantos do planeta vimos a devastação das florestas, a exploração da natureza destruindo biomas inteiros, levando a desertificação, falta de água e alimentos. O aumento das temperaturas levam ao derretimento das geleiras e a possibilidade de desaparecimento de cidades inteiras. Mas os *homens* dos negócios parecem impávidos. Discursos e discursos. Leis que não são cumpridas. Mas no final das contas somente o lucro interessa para os donos do Capital.

**Socialismo é a alternativa**

Para enfrentar a desagregação e decadência do capitalismo é preciso afirmar um programa de unidade mundial da classe trabalhadora, como acontece na unidade contra o genocídio em Gaza. Somente um sistema social e econômico baseado no atendimento das necessidades da maioria da humanidade poderá reverter esse curso ao abismo, da barbárie, impedir as guerras, os genocídios, os ataques aos direitos e conquistas democráticas, a destruição dos meios de nossa sobrevivência.

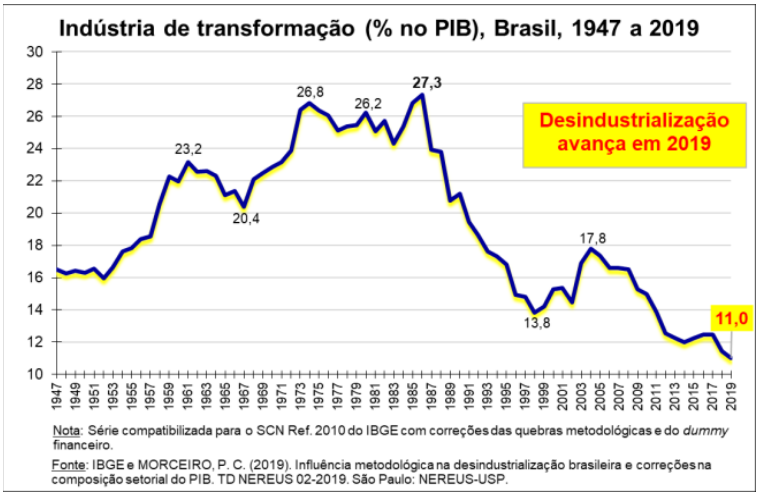
A quantidade de riquezas produzidas pela classe trabalhadora em nível mundial, o alto nível tecnológico e o aumento da produtividade do trabalho, poderiam dar condições de toda a humanidade ter uma vida plena e feliz, atingindo todas as suas potencialidades. Mas o capitalismo em crise transforma cada ato de produção em escravidão, em cada avanço tecnológico em mais desemprego e miséria. Transforma a vida das mulheres, dos povos não brancos, das pessoas trans,

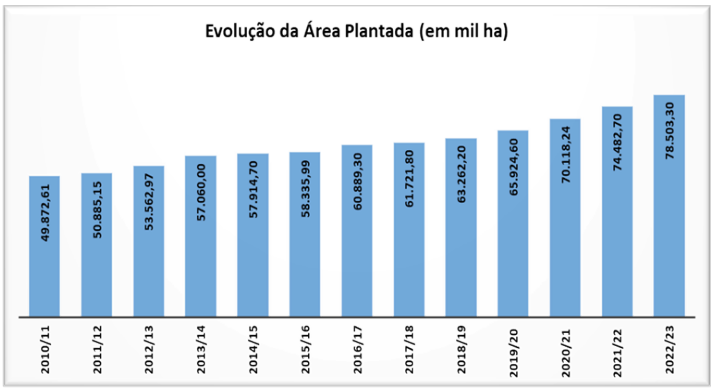
LGBTQIA+, numa odisséia pela sobrevivência. É um absurdo a violência cotidiana que passa a maioria da humanidade.

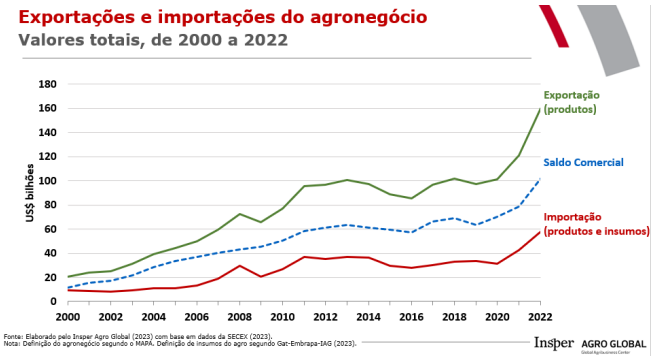
Defendemos que a riqueza produzida pela classe trabalhadora seja usada para resolver os problemas da população, acabar com a fome, a miséria, saúde, educação, moradia. E que a sociedade garanta todas as condições de nossa plena existência. **Estamos falando do socialismo, rumo a uma sociedade comunista. Como alcançar esse objetivo estaremos debatendo nessas eleições e nas lutas do dia-a-dia.**

**O Brasil no contexto da crise econômica mundial.**

O Brasil passa por um processo de retrocessos em sua composição econômica e social. De uma sociedade industrial a partir da década de 1970, com um projeto desenvolvimentista subordinado e financiado pelo imperialismo e suas multinacionais, destino privilegiado de investimentos, transformou-se, durante os últimos 30 anos, novamente em fornecedor de produtos primários para exportação, *commodities*. Desta vez para o crescimento capitalista da China, com o capitalismo restaurado pela burocracia do PC Chinês. É um processo de desindustrialização acompanhado pela desnacionalização das atividades econômicas, aprofundando a dependência econômica do imperialismo.








Desde a década de 70 o Brasil vem ampliando exponencialmente a área plantada ao Agronegócio visando o aumento das exportações. Mas durante os últimos anos, a fim de analisarmos um período histórico específico, intensificou-se ainda mais dado o aumento exponencial também fruto do aumento da produtividade. É visível a associação entre aumento da área plantada, o crescimento das exportações e balança comercial, com aumento da dependência para o fechamento das contas externas.

Essas exportações, ao contrário da propaganda oficial, não levam ao desenvolvimento do país, sequer melhoram a arrecadação de impostos para reinvestimentos. O mais correto é caracterizar como parte do processo de recolonização do país. A grande maioria dessas exportações são isentas de impostos, como ICMS, através da Lei Kandir. Somente o Estado de Minas Gerais teve prejuízo de R$ 150 bi, com a isenção desse imposto nos últimos anos, justamente o valor da dívida com a União. Além disso, todos os anos o governo federal, independente de qual governante, libera de R$ 350 a R$ 400 bilhões em subsídios para o setor.

A evolução da produção e das exportações estão por detrás da gigantesca onda de queimadas e desmatamentos, destruindo os biomas do Cerrado, Pantanal e Amazônia. A devastação ambiental tem levado a mudanças climáticas e aquecimento do clima, ampliando tragédias como no Rio Grande do Sul. Mas também o aumento das enchentes, trombas d'água, etc…

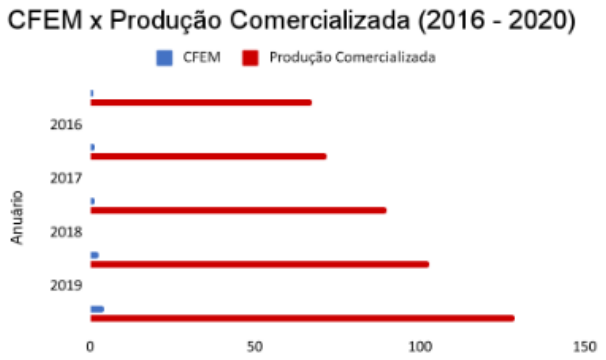
Também devemos ter em conta que, além dos subsídios financeiros ao agronegócio, a possibilidade de uso de recursos naturais praticamente sem custo, são utilizados também bilhões de metros cúbicos de água, escasseando esse recurso, destruindo rios e floras e faunas, contaminando lençóis freáticos com o uso indiscriminado de agrotóxicos.

O aumento da violência no campo também não entra nas contas do agronegócio. Áreas dos povos indígenas, quilombolas e comunidades rurais são alvos da ofensiva predatória do agronegócio e mineradoras. Muitas vezes, essas se utilizam do crime organizado, protegido pelas polícias, para adentrar nessas áreas utilizando a violência e assassinatos de lideranças de trabalhadores rurais, povos indígenas e quilombolas.

Outro aspecto é a utilização de agrotóxicos visando aumento da produtividade. O Brasil é campeão mundial na utilização de produtos químicos cancerígenos, muitas vezes proibidos internacionalmente. É bom lembrar que esses agrotóxicos, muitas vezes, são proibidos de utilização nos países onde são produzidos.

**Mineração, recolonização e destruição.**

O valor da produção comercializada de alumínio, cobre, cromo, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel, ouro, vanádio e zinco totalizou, em 2019, 129 bilhões de reais, um crescimento de 25%, com distinção para a significativa participação do ferro nesse montante. Essas substâncias, também se destacam por corresponderem a 99,7% do valor da produção dos minerais metálicos. O aumento da produção minerária foi devastador para a economia, para a vida das pessoas e para a natureza.




No entanto, a participação desses produtos na arrecadação de impostos é ínfima, mesmo diante da destruição ambiental provocada pelas mineradoras. Isso ficou muito evidente e escancarado com os crimes da Vale/Samarco, em Mariana (2015), e Brumadinho (2019). Além de assassinar quase 300 pessoas, significou a destruição de milhares de quilômetros quadrados de áreas verdes, dos rios Doce e Paraopeba, a desestruturação de comunidades, aumento do índice de suicídios, doenças psiquiátricas, etc…

Em Mariana (2015), o Rio Doce foi destruído até sua foz no Atlântico, com centenas de córregos atingidos, propriedades rurais, rejeitos depositados no fundo do Rio talvez nunca permita a regeneração completa do Rio.

Até hoje as famílias atingidas não foram plenamente atendidas em suas reivindicações. A Vale, o governo Zema, e o judiciário, claramente favorecem os interesses das mineradoras. Tentando negociar compensações financeiras que trarão prejuízos e não atenderão as centenas de cidades e os milhões de habitantes atingidos.

Em Brumadinho, maior crime-desastre da história, com o rompimento da barragem II da Mina Córrego-Feijão, o mesmo ocorreu. Zema negociou um acordo judicial como compensação financeira, na verdade uma grande compra de votos para as eleições anteriores, onde distribuiu verbas para prefeituras de todo o Estado, e deixou as famílias atingidas sem as devidas assistências, como vem sendo denunciado a AVABRUM, associação dos atingidos de Brumadinho. Esse acordo passou longe de resolver a “compensação” das milhares de famílias atingidas, a devastação ambiental e das propriedades rurais arruinadas, em sua grande maioria de pequenos agricultores. Os interesses da Vale e seus acionistas continuam intactos.

A subserviência dos governos e do judiciário mineiro e federal são vergonhosas. Nenhum dos executivos e grandes acionistas da Vale, Samarco ou BHP, e demais empresas envolvidas,

foram responsabilizados criminalmente. Ao contrário, vivem confortavelmente fora do país, *curtindo* suas aposentadorias milionárias.

A mineração é uma atividade econômica que agride enormemente o meio ambiente. Primeiro na limpeza da superfície, depois na remoção de camadas de terra não utilizáveis, destruindo nascentes e comprometendo o abastecimento dos rios onde desaguam. Na região metropolitana de Belo Horizonte e cidades mineradoras a falta de água é parte do convívio da população, principalmente nas periferias.

Essa situação vai agravar, pois, as obras, fruto do acordo espúrio de Zema com a Vale, impactam as comunidades e a mobilidade. **O RODOANEL vai atravessar, em sua nova versão, 70 km de comprimento, atingindo 8 cidades na grande bh.** Atravessará densas áreas populacionais, passando por Contagem, cortando ao meio Betim e áreas de proteção ambiental, como Varzea das Flores. Uma rodovia pedagiada, com poucas alças de acesso. Está sendo planejada para começar já em 2025, com quase nenhuma informação para as comunidades que serão atingidas.

Agora vimos também a ofensiva das mineradoras na Serra do Gandarela, do Curral e da Moeda, justamente onde estão as fontes de abastecimento de represas que abastecem de água 70% da população da Grande BH. Essas mineradoras encontram em Zema um aliado da destruição.

A mineração é extremamente necessária ao desenvolvimento da sociedade. No entanto, esse modelo de desenvolvimento capitalista parasitário não leva a desenvolver as cidades e ao Estado. As riquezas naturais são diretamente exportadas para a China, EUA, Europa, pagando baixos salários e deixando um rastro de destruição ambiental. É preciso um modelo de mineração planejado através de Conselhos Populares, em que trabalhadores e comunidades definem as metas e a forma de exploração dos recursos, diminuindo a agressão ao meio ambiente e acabando com os conflitos contra as comunidades.

**Governo Lula e a tentativa de conciliação de classes**

Toda essa realidade que vemos acontecendo nos últimos anos é fruto de um projeto de submissão da burguesia nacional ao capital financeiro internacional. Como vimos dentro de uma *Divisão Mundial do Trabalho*, o Brasil deixou de ser destino privilegiado para indústrias, e passou a ser mero fornecedor de produtos primários para China e outros países. De toda forma a burguesia nacional nunca teve um projeto de desenvolvimento que beneficiasse o conjunto da população. São resquícios das suas origens escravocratas, que enxergam o trabalhador como fonte de lucros fáceis. Outro aspecto dessa burguesia é sua dependência do Estado, de benefícios fiscais, de juros altos para a sociedade que garantem suas receitas de títulos da dívida pública, etc…

Dessa sua composição degradante a burguesia nacional nunca chegou a se desenvolver politicamente como classe progressiva, nunca chegaram a partidos políticos fortes, com bases programáticas, sempre esteve vinculada ao *toma-lá-dá-cá*. Por isso, sempre que foi ameaçada pela classe trabalhadora usaram de diferentes formas de ditaduras. Desde o Império, e na República, com ditaduras pessoais, como de Getúlio Vargas, e diretamente militares, como em 64.

Mas a grande questão é que os próprios movimentos de trabalhadores sempre lutaram contra correntes oportunistas que pregavam a conciliação de classes, sempre buscando setores *progressistas* da burguesia. Essa política levou o antigo PCB a deixar de lado um programa de independência de classes para construir alianças eleitorais e políticas amplas. O surgimento do PT na década de 80, fruto das lutas da classe trabalhadora e da juventude contra a ditadura militar, questionava exatamente essa política de conciliação com os setores governantes, em que pese a existência de setores (como vimos mais adiante) que defendiam alianças com a burguesia.

No entanto, aos poucos a *velha política de conciliação de classes* ganhou espaço no PT e buscou galgar espaços institucionais no Estado e acabou se adaptando completamente. Os governos do PT foram um típico exemplo de que não existe uma possibilidade real de conciliação com a burguesia. Ou se governa para a burguesia ou para a classe trabalhadora. O resultado dessa política é o que vimos nos últimos anos: mudanças estruturais no modelo econômico, com precarização do mercado de trabalho e empobrecimento geral das classes trabalhadora e média, bem como do

pequeno agricultor rural. Além disso, as lutas econômicas e sociais ficaram órfãs de direção, tendo em vista, que os dirigentes de sindicatos e movimentos foram incorporados a cargos no Estado, e voltando-se contra as greves de categorias e lutas gerais da classe trabalhadora e da juventude.
A candidatura do PT no atual processo eleitoral é um exemplo típico desse processo. Conformou-se uma aliança com dezesseis partidos, que vão da *direita* e *ultra-direita*, até com PSOL.

O PSTU entende diferente. Os governos do PT nunca buscaram realizar mudanças que visassem resolver os problemas estruturais do país, pois, isso significa romper com a lógica de saque do capital financeiro nacional e internacional, e usar os recursos públicos para distribuir renda, acabar com miséria, melhorar os salários, reduzir a jornada de trabalho, e avançar nos direitos e proteção dos setores oprimidos da sociedade.

**Prefeitura de Contagem não está a serviço dos trabalhadores**

Os economistas vinculados ao PT e a Prefeitura vem enaltecendo o crescimento econômico do município, sua situação fiscal e classificando que a cidade vive aplicação de um projeto *desenvolvimentista.* Nada mais falso. O que se aplica na cidade é justamente o velho projeto de ajustes fiscais, em detrimento ao atendimento da maioria da população, associado, claro, ao aumento das receitas com a volta da cobrança do IPTU residencial.

Cabe apenas alguns exercícios de memória para verificar a decadência que vivemos também no município. Ainda que o peso da indústria seja muito acima da média nacional, comparando o PIB, a desindustrialização, com perda de indústrias de ponta marcam o processo de desenvolvimento da cidade.

O parque de *bens de capital*, um dos mais fortes do país, no passado, foi completamente desmontado. Empresas como *Brafer, DELP, Isomonte, Mafersa, PHB*, seguramente indústrias de ponta fecharam suas atividades no município, ou reduziram suas operações. Eram empresas produziam Máquinas e Equipamentos para diversos setores, desde petrolífero, mineração, até equipamentos ferroviários.

Muitos não sabem, mas Contagem também esteve no mapa do desenvolvimento e produção de *chips, semicondutores, eletro-eletrônicos* e computadores, nos primórdios de seu desenvolvimento. SID Informática, ABC Bull Computadores, a Thomson, indústrias de ponta em seus períodos que fecharam as portas em nosso município. Todas essas sucumbiram por falta de incentivos a um projeto de industrialização de ponta. Há que se notar que esse setor é fonte de disputa entre as grande potências econômicas por conta de seu alto valor agregado.
Perdemos com esse processo de desindustrialização milhares de postos de trabalho que exigiam alto grau de qualificação. Esse processo impôs uma reorganização das atividades industriais do município passando a priorizar, hoje, a agroindústria (parte da cadeia do agronegócio), a construção civil (descendente direta da especulação imobiliária), logística, comércio e serviços.

Como podemos notar que o suposto processo de "desenvolvimentismo" de Prata está no contexto da desindustrialização que passou o país nos últimos 30 anos. Pior ainda, a atual expansão econômica segue a trilha desenfreada agredindo o meio ambiente, inchaço populacional, sem planejamento da cidade. As *grandes torres* que se espalham são construídas nas margens de córregos (por sinal muitos canalizados e cobertos), que abastecem os rios e represas. Os efeitos já são sentidos mesmo sem estarem totalmente ocupados. O trânsito está insuportável, as enchentes na Vila do Marimbondo e outras comunidades, e no futuro veremos o colapso do sistema de saúde e educação no município.
Veremos abaixo, nas palavras dos economistas da prefeitura e de representantes da patronal instalada na cidade, como está estruturada a economia do município.

**Sobre a atual estrutura econômica de Contagem**

No site da Prefeitura, a gerente de estudos econômicos da Fiemg, Daniela Brito, faz uma apresentação durante uma palestra como atividade da Semana da Indústria 2022, na sede do CIEMG. Abaixo trechos do texto no site da Prefeitura:

*"Na demarcação do perfil econômico do município, Brito explicou que Contagem tem um Produto Interno Bruto - PIB de mais de R$30,5 bilhões (dados de 2019), o que representa cerca de 4,7% do PIB de Minas Gerais. "A cidade contribui com R$3,8 bilhões na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -ICMS, o que representa 5,7% de tudo o que o Estado arrecada com esse tributo".*

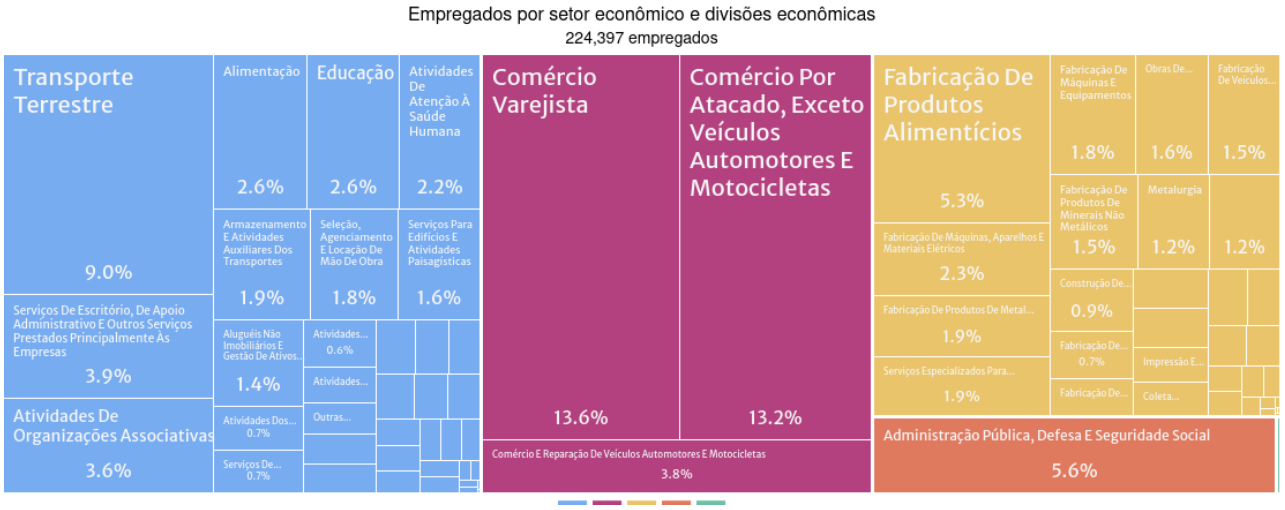
*No mapeamento total de empresas de Minas Gerais, constam 485.825 empresas abertas. Desse total, 13.190 estão em Contagem. Ou seja, 2,7% do montante. O Estado tem um total 4.184.874 postos de trabalho formais ocupados. Contagem tem 193.255.*

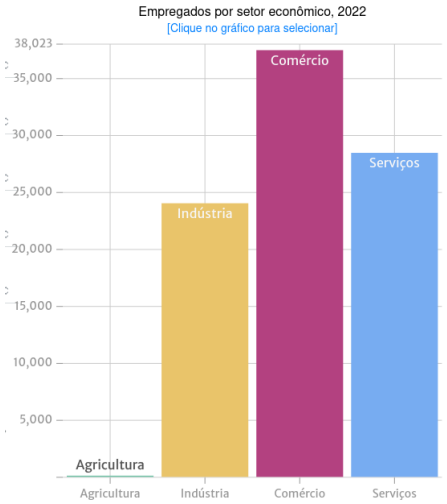
*Em Contagem, a indústria representa 20% do total de suas empresas, 28% dos empregos formais e 34% da renda gerada na economia. Entre os demais setores econômicos, 31% são do setor de serviços e 49% do comércio. Também é o setor industrial que também paga o melhor salário médio: R$2.755,00.*

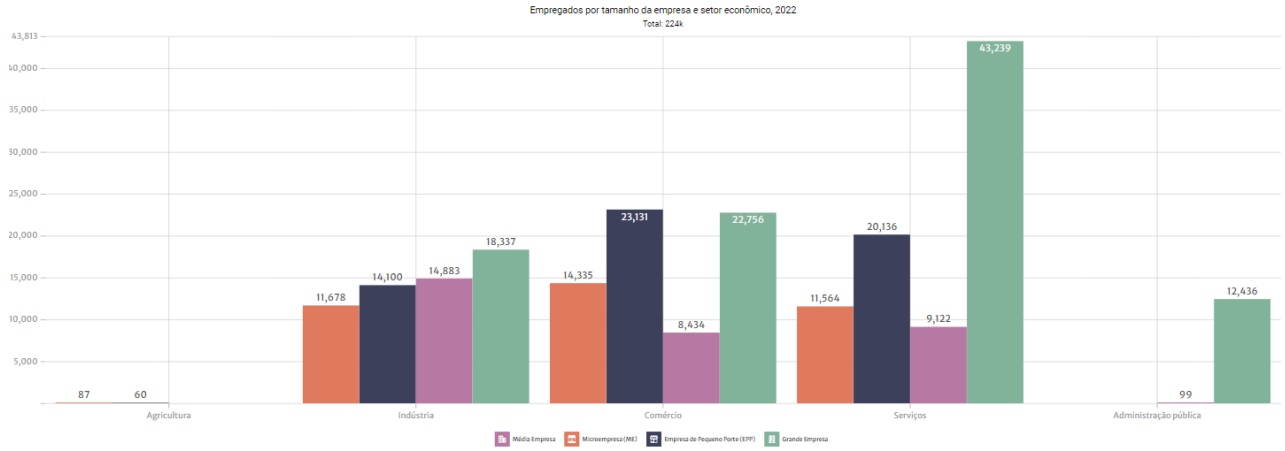
*"Olhando mais de perto para esse setor industrial", detalhou Daniela "30% são da indústria da construção civil, 68% das indústrias são de transformação e 2% são SIUP - Serviços Industriais de Utilidade Pública. Ao todo, 2.591 empresas do setor industrial estão instaladas em Contagem".*

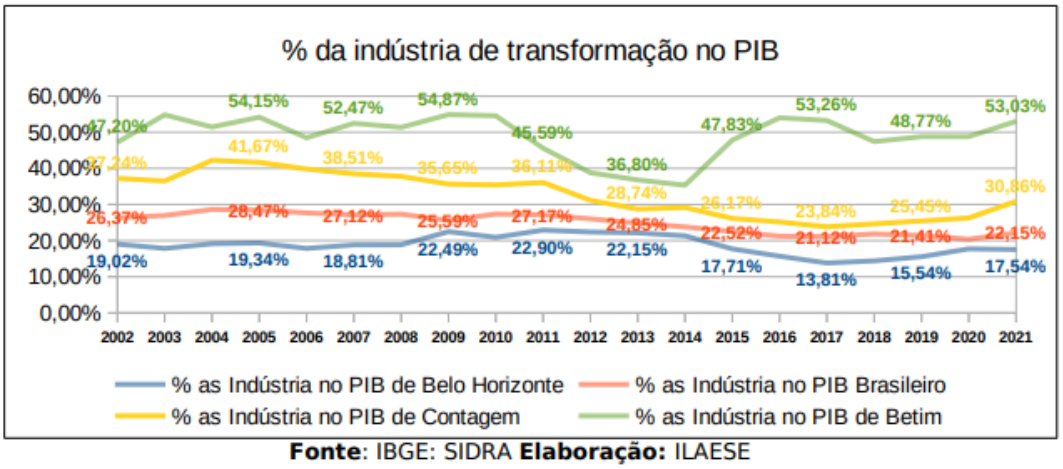
*Daniela explicou que no universo de empregos gerados pela indústria em Contagem, 83% são criados por empresas ligadas à indústria da transformação – empresas que transformam um elemento em outro, uma matéria-prima em um bem. Por exemplo: indústrias que transformam aço em máquinas e ferramentas. Que fabricam bens de consumo como roupas ou automóveis e roupas. Outros 16% são da indústria da construção civil e apenas 1% SIUP. "Somente em empresas da indústria de alimentos são 20%. Outros 9% são de empresas que atuam na construção de materiais elétricos. 5% na metalurgia, entre outros exemplos".*

Os gráficos que apresentamos são retirados do site do Sebrae e nos ajudam a ilustrar as informações explicitadas pela representante da FIEMG.






**Fonte**: IBGE: SIDRA **Elaboração:** ILAESE

**A situação fiscal da Prefeitura de Contagem.**

A situação fiscal da prefeitura por conta do aumento das receitas está em muito boas condições, segundo os economistas José Prata e Dalmy Carvalho (Secretário da Fazenda). Estes produziram um texto em janeiro de 2023 relatando a situação fiscal e a dinâmica do governo Marília Campos para o próximo período. Os dois partem do princípio equivocado de um projeto desenvolvimentista

municipal baseado no desenvolvimento e autonomia relativa fiscal do município, que propicia maiores possibilidades de investimentos com o aumento substancial das receitas próprias municipais em relação aos repasses estaduais e federais.

Na sua lógica a superioridade na gestão de Marília frente aos governos da direita tradicional, que durante suas gestões isentaram o IPTU da população o que, segundo eles, levaram a quebra e quase insolvência do município. Diante dessa realidade, reivindicam os ajustes fiscais, aumento de receitas, e, inclusive, como medidas progressistas a cobrança do IPTU residencial, aprovadas no apagar da luz do governo Carlin (PCdoB) e início de Alex de Freitas (PSDB).

O que fica evidente não é exatamente a melhoria do conjunto das condições de vida da população, mas o funcionamento do aparato estatal, tendo à frente o setor de arrecadação e o próprio aumento das receitas fruto da criação e aumento de impostos. A participação popular, incluindo os Orçamentos Participativos, deixam de ser pontas de lança para atuação junto às comunidades, e passam a incentivar a parceria com os vereadores e seus projetos eleitorais.

***Veja o caso do endividamento do município, que é o principal indicador fiscal do setor público:***

***a)*** *a dívida consolidada é de R$ 800,973 milhões, o que representa 30,8% da receita (em 2004 era de 126%);*

***b)*** *já a dívida consolidada líquida (dívida consolidada de R$ 800,973 milhões menos disponibilidades de caixa de R$ 746,981 milhões) é de R$ 53,992 milhões, o que representa apenas 2,1% da receita corrente líquida (em 2004 era de 121,7%);*

***c)*** *como a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que o limite de endividamento de municípios é de 120% da receita corrente líquida, significa que Contagem tem um limite de endividamento de R$ 3,118 bilhões, o que representa que a cidade poderá contrair mais empréstimos de até R$ 3,064 bilhões; a prefeita Marília Campos fixou meta para a dívida consolidada líquida em seu programa de governo de 50% da receita corrente, menos da metade do que permite a Lei Fiscal;*

***d)*** *veja os números que mostram o tamanho da redução da dívida municipal: em 2004, a dívida consolidada correspondia a 12 meses de arrecadação da Prefeitura, agora a apenas 3,68 meses; nossa cidade, em termos de pagamentos de juros e encargos da dívida ocupa, no ranking dos 100 maiores municípios brasileiros, a 77ª posição (em 2004, Contagem ocupava a 10ª posição, ou seja, era uma das cidades com maior pagamento de juros e encargos da dívida).(...)*

***Contagem fechou 2022 com a arrecadação em alta, apesar de todas as dificuldades econômicas:***

***a)*** *uma receita corrente líquida de R$ 2,598bilhões, um avanço de 30% em relação a receita de 2020, de R$ 2,003 bilhões; este crescimento foi puxado pelas receitas próprias, sobretudo IPTU, ISS, ITBI, que subiram 41%;*

***b)*** *é importante: as receitas próprias do município são muito expressivas, da ordem de R$1,080 bilhão, o que representa 41,7% da receita corrente líquida (em 2004 era de apenas 28,7%), ficando Contagem menos dependente das transferências constitucionais. As despesas estão sob controle, em especial a maior delas, que é a de pessoal, que fecharam em 45,24% da receita corrente líquida, mesmo com recomposição de 11% em 2022 e aumentos reais para diversos setores dos servidores municipais e lançamento como despesas de pessoal os gastos de pessoal das empresas terceirizadas, como determina a Secretaria do Tesouro Nacional.*

**TABELA 2**

| Evolução das receitas de transferências e das e receitas próprias em relação a RCL em % | | | |
|---|---|---|---|
| 2004 – 2022 | | | |
| Ano | RCL | Receitas de transferências | Receitas próprias |
| | em R$ milhões | % da receita corrente | % da receita |
| 2004 | 393,1 | 71,3 | 28,7 |
| 2012 | 1.024,5 | 65,5 | 34,5 |
| 2016 | 1.329,5 | 64,4 | 35,6 |
| 2020 | 2.003,1 | 61,4 | 38,6 |
| 2022 | 2.598,1 | 58,3 | 41,7 |

Como vimos nas próprias palavras dos economistas do PT, a situação fiscal da prefeitura é extremamente confortável. Mas o que explica o processo de arrocho salarial dos servidores, terceirizações, a situação da saúde, o não pagamento do piso da educação, o transporte público (com as passagens mais caras da Grande BH) e os outros problemas que a população vivencia todos os dias? Toda lógica de administração da prefeitura está ligada aos processos de ajustes fiscais, seguindo o que fizeram os últimos governos, por exemplo, em todos os níveis. O governo federal adotou o arcabouço Fiscal como centro de sua política econômica, priorizando o pagamento da dívida pública, e cortando verbas da saúde e educação para cumprir suas metas fiscais. Dentro dessa ótica seguem firmes os antigos compromissos dos antigos governos que cederam terrenos, isentaram impostos e taxas, para promover o suposto desenvolvimento da cidade. Uma forma de enriquecimento de uma minoria baseada no alto grau de exploração da classe trabalhadora e precariedade dos serviços públicos.

Essa lógica adotada na administração da Prefeitura leva a defender as políticas fiscais de ajustes neoliberais promovidas por Zema, como a inclusão de Minas Gerais no Regime de Recuperação Fiscal. Marília Campos criticou os deputados estaduais do PT por posicionarem-se contrários ao RRF na Assembleia Legislativa. Para ela seria um acordo coerente para botar em dia as contas do Estado, uma medida que prevê o congelamento dos investimentos em saúde, educação, segurança e salário dos servidores. Marília sequer critica as isenções fiscais patrocinadas por Zema para alguns setores.

A própria relação entre receitas municipais e PIB mostra o tamanho da distorção: Enquanto o PIB municipal gira em torno de R$30 bilhões (2020), as receitas correntes totais são de R$2.598,1 bilhões (8,6% do PIB). Ao considerar somente as receitas municipais, R$1.083,4 bilhão, significam 3,6% do PIB municipal. Esses números indicam que grandes empresas na cidade pagam poucos impostos diante do que é arrecadado pela população trabalhadora, que paga o IPTU, e os impostos embutidos no consumo.

**A relação do governo Marília com os movimentos sociais e da classe trabalhadora.**

Nas últimas eleições, em 2020, ocorreu um confronto na cidade entre um candidato apoiado pelo bolsonarismo e a candidata apoiada pelo PT e a Frente Ampla, ainda em construção. O resultado foi a vitória apertada de Marília Campos por uma diferença por apenas 7.781 votos. Marília ganhou as eleições construindo uma ampla aliança com as velhas oligarquias, representadas pelos vereadores. Nas eleições para presidente em 2022, Bolsonaro venceu no segundo turno, em Contagem, Betim e BH, ainda refletindo a decepção da classe trabalhadora com os governos do PT, e sua incapacidade de resolver os principais problemas enfrentados no seu dia-a-dia.

A política econômica da burguesia tem acordo no geral, com diferenças no atacado dentro de cada bloco. Como se insere no contexto do município alguns aspectos são evidentes, como a desindustrialização, a relação com o meio-ambiente e a especulação imobiliária, saque do Estado.

**1) Prioridade nos setores primários:** Na primeira parte do documento analisamos a ampliação do emprego na cidade, fundamentalmente na indústria. Mas, 20% destes foram criados na indústria de alimentação. Também, o setor atacadista refletindo o crescimento das commodities e atraindo mais investimentos nos grandes centros.

**2) Especulação imobiliária:** Na ausência de novas áreas de ampliação de empreendimentos imobiliários em Belo Horizonte, Contagem e Betim são cidades que atraem novos investimentos e isso se chocou com as leis que limitavam o tamanho desses investimentos. Governos anteriores vinham flexibilizando, por exemplo, na compreensão do que seriam áreas rurais dentro da cidade, medidas que impactam diretamente na APA (Área de Preservação Ambiental) da Várzea das Flores, importante para o abastecimento de água da Região Metropolitana de BH, e o meio ambiente. O debate do Novo Plano Diretor esteve atravessado por essa discussão. Uma limitação também para a construção do Rodoanel no município, mas que Zema segue impondo uma dinâmica de sua construção para atender os interesses de construtoras e da concessionária.

**3) Saque do Estado, terceirizações:** A liberalização dos serviços públicos através de parcerias com empresas especializadas em terceirização de UPAs, Escolas, outros serviços, são alguns exemplos de que o governo Marília segue a cartilha neoliberal. A primeira foi a UPA JK, e agora as novas UPAs depois de gastos de milhões em dinheiro público, são colocadas nas mãos de OSCIP 's, terceirizando os servidores, criando uma divisão na categoria. Na educação existe também a precarização através dos trabalhadores contratados em regime temporário. Sem contar as licitações na coleta de lixo, transporte, nas obras municipais com novas vias, etc…

**4) Transporte público:** Contagem tem uma das passagens mais caras do país. Ainda com um dos piores serviços no atendimento da população. Visivelmente o sistema de transporte atual serve somente ao enriquecimento dos velhos *donos de empresas de ônibus*.

**5) Cultura:** Logo no início da gestão, após as administrações desastrosas de Carlin e Alex de Freitas, e os ataques de Bolsonaro à cultura, os movimentos de artes e cultura criaram muitas expectativas quanto ao estabelecimento de meios de subsídio, mas com independência, dos grupos e espaços artísticos. Mas nos últimos anos vimos a mudança para priorizar gastos com grandes eventos, com artistas da mídia, onde se usa muito mais recursos do que propriamente com a cultura popular nativa.

No caso da relação com os sindicatos e movimentos sociais existe uma política por parte da Prefeitura de buscar atrelar o movimento à gestão. Isso acontece também com as Associações de Bairro, movimentos ambientalistas, Ong 's, etc… No entanto, a liberação de recursos acaba vinculados ao apoio político de vereadores de vários partidos. Mas em nome da governabilidade o governo libera verbas e atende os interesses também de setores bolsonaristas da Câmara Municipal, com igrejas pentecostais conservadoras, etc...

Agora nas eleições de 2024 a atual gestão construiu uma Frente eleitoral ainda mais ampla. Partidos representantes do *vil* atraso da burguesia da cidade e do país fazem parte da base de apoio à reeleição da atual gestão. Estamos falando do União Brasil, do PSDB, do PP de Lira, que apoia o PL1904, e apoia o Regime de Recuperação Fiscal de Zema. Outros partidos que fazem parte da frente de Marília Campos vão desde partidos que foram base de apoio de Bolsonaro e ainda fazem parte de governos que atacam os direitos da população. Neste sentido, o programa de Marília, a gestão do PT, e suas alianças não podem resolver os principais problemas da população trabalhadora do município.

O PSTU apresenta em Contagem candidaturas para expressarem um programa de ruptura com o capitalismo parasitário desta etapa decadente. Apresentaremos um programa socialista baseado em **Conselhos Populares** nos locais de trabalho, estudo, e moradia, onde a maioria da população decidirá o destino dos recursos do município. Nesses Conselhos terão voz aqueles que hoje são alijados do direito de decidir de fato quais sao as prioridades, e que poderão atacar os privilégios das grandes empresas, banqueiros e especuladores.

## EDUCAÇÃO
## Por uma Educação sob Controle dos Trabalhadores

No Brasil a dualidade entre educação pública e privada, esteve sempre presente e as instituições privadas, em sua maioria, não sobrevivem sem o aporte do Estado.
De acordo com a Constituição, a Educação possui vinculação de receita, uma conquista da qual não podemos abrir mão em nenhuma hipótese, embora insuficiente: os valores totais são muito abaixo do necessário. Tanto é assim que os investimentos totais em educação nunca atingiram os 10% do PIB, percentual previsto nos últimos planos decenais de educação. Em 2022 este percentual chegou a 5,5%. No entanto este indicativo por si só não representa muita coisa. Quando se considera o investimento por estudante, é o terceiro pior do ranking entre membros da OCDE e parceiros. A prefeitura fica no limite da constituição e aplica os 25% da receita corrente líquida na educação infantil e fundamental. Não paga o piso da educação em sua integralidade e terceiriza diversos serviços da educação.
Além dos investimentos em geral serem muito aquém do necessário, isso piora quando se trata de investimentos públicos e é agravado em função da enorme transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, recursos que não chegam em sua integralidade ao atendimento de estudantes.
A educação é uma área que também sofre pressão crescente pela privatização. Não é à toa que foi no Brasil que se desenvolveram grupos empresariais como Pearson, Abril Educação, Santillana, Grupo Objetivo e Grupo Positivo. O poder da iniciativa privada dentro do MEC, através da Fundação Lemann e o fato da presidência da comissão de educação da câmara de deputados ter ido parar nas mãos de um dos deputados mais privatistas e anti educação do país, Nickolas Ferreira, são reflexos disso.
Os ataques à educação pública e aos trabalhadores em educação vem de todos os lados, seria preciso procurar com um microscópio potente algum governo das três esferas que não tenham retirado direitos e de uma forma ou de outra desenvolvido uma campanha contra os trabalhadores das instituições públicas de educação no Brasil. A ultra direita ataca no discurso mas também de forma concreta com:, Escola sem partido, O Novo Ensino Médio, As Escolas Cívico Militares, às privatização de Escolas Públicas transferindo sua administração para OSCs (, o estrangulamento das verbas e da pesquisa, a política de compras de vagas em instituições privadas. Mas é preciso dizer que os governantes do suposto campo progressista também corroboram neste processo de tentativa de destruição da educação pública via parceria público privadas, terceirização, manutenção de contratos precários de trabalho, desprofissionalização da educação, manutenção do regime de bolsas que sustentam as instituições privadas em regime permanente (FIES e Prouni), redução dos vencimentos dos trabalhadores em educação e uma grande lista de etc. Isso explica a intransigência do governo Lula Alckmin de negociar com os servidores federais em greve e porque não revogou o NEM. Em Contagem isto também ocorreu, a prefeitura se recusou a negociar com o sindicato e atender as reivindicações dos trabalhadores,
Minas Gerais e Contagem podem perfeitamente serem utilizadas como exemplo do que foi dito acima. Por questões práticas vamos utilizar os últimos governantes como exemplo, Zema e a gestão Marilia Campos
O piso salarial nacional do magistério é tratado como Teto, as carreiras foram lentamente destruídas, em medidas diferentes parte significativa dos trabalhadores possuem contratos precários ou são terceirizados. Ainda temos uma carreira que foi conquistada na luta e na mobilização em Contagem. Mas a prefeitura ventila a reforma do estatuto dos servidores.

**Educação em Contagem**

Nos dados do Censo Escolar de 2023, divulgados pelo INEP, as escolas municipais atendem 58.604 estudantes em 122 unidades, contando apenas o ensino fundamental e infantil. Ainda temos as FUNECs que atendem o ensino médio pelo município. Entre os trabalhadores da rede própria aproximadamente 6 mil, sendo uma parte destes em contratos precários e ainda há a extensão de jornada dos trabalhadores efetivos. Ainda os trabalhadores terceirizados da merenda, portaria, limpeza, manutenção, monitores dos estudantes que necessitam de acompanhamento. Além disso, possui contratos de natureza diversas instituições privadas - Ongs, Organizações Sociais (OSCs) e de outros tipos.

As instituições conveniadas vivem quase exclusivamente com recursos públicos municipais. Foi legítima a parceria com essas redes em um momento onde não haviam instituições públicas, no entanto há pelo menos uma década estes contratos servem para garantir acordos políticos aos prefeitos de plantão, rebaixar salários e condições de trabalho e possibilitar que correntes ideológicas e instituições religiosas mantenham suas instituições de ensino com recursos públicos.

Marília alega que paga um dos melhores salários de Minas Gerais, porém foi conquista de muita luta e mobilização dos trabalhadores. Na última gestão de Marília Campos os trabalhadores não se furtaram a lutar e neste ano a prefeita sequer atendeu o sindicato. A lei do piso, seguindo o exemplo geral, foi interpretada de forma a transformar o piso em teto.

Os trabalhadores terceirizados responsáveis pela limpeza, cantina, portaria, acompanhamento de crianças com deficiência, artífices, recebem baixos salários.

Há falta de professores nas escolas já que se dificultou a flexibilização de jornada para os trabalhadores efetivos, priorizando os contratos.

O concurso deste ano e a efetivação é uma conquista e deve ser mantido e devemos lutar por uma rede 100% efetiva. Mas temos que lutar pelo fim da terceirização, com garantia dos empregos dos trabalhadores terceirizados

Também devemos lutar para a manutenção da FUNEC como ensino técnico. É uma conquista da cidade e não podemos permitir que se precarize.

A pressão é cada vez maior para que o ensino fundamental e o médio sejam instituições de cuidado e contenção social, para fazer isso, dentre outras coisas os governos precisam voltar uma parcela da população contra as instituições públicas e os servidores públicos, precisam destruir nossa credibilidade e não medem esforços para isso. Setores da ultra direita avançam neste debate, vão até além, mas os ditos governos progressistas se aproveitam da situação para também aplicar medidas destrutivas.

Vivemos uma pandemia de adoecimento psicológico de trabalhadores em educação e estudantes. Os casos aumentam a cada dia e se combinam com a violência no espaço escolar. Trabalhadores são afastados e não encontram no poder público o atendimento adequado, o que agrava o problema. Com os estudantes o problema é semelhante. É necessário que esta questão seja debatida seriamente e não jogada para debaixo do pano. Que todos os trabalhadores sejam atendidos pela medicina do trabalho e tenham seu tratamento acompanhado para que sejam reintegrados ao trabalho em sua plenitude

**Por tudo isso que não temos como ter um programa mediado para a educação, a mediação não nos fez avançar, pelo contrário nos fez retroceder:**

- É preciso ampliar o percentual de receita para a educação, e garantir que no prazo de 5 anos os recursos públicos sejam investidos apenas em instituições públicas, estatais. Com ampliação da rede própria de ensino para atender em tempo integral todas as crianças e adolescentes que demandarem.

- Para acabar com a terceirização, é preciso aplicar medidas de transição para que os atuais trabalhadores terceirizados não percam seus empregos.
- O atendimento de crianças e adolescentes deve se dar em tempo integral com trabalhadores concursados.
- O atendimento às crianças e profissionais PCDs precisa precisa levar em consideração a implementação políticas intersetoriais, assim como das demais crianças, jovens e adultos, mas sem entendimento de substituição ou de submissão do processo educacional a outras esferas, por isso é necessário que hajam profissionais (professores) que tenham formação para atender estudantes com suas diferentes deficiências assim como um plano de formação cotidiana dos diversos profissionais das escolas.
- Pagamento do piso integral para os trabalhadores em educação para a jornada de trabalho vigente
- Criação de pisos salariais para trabalhadores em educação do quadro administrativo.
- Redução do número de estudantes por turma, ampliação da relação entre estudo e planejamento para os trabalhadores.
- Descentralização dos recursos das verbas e reforço da gestão democrática.
- Um sistema digital integrado de fácil uso para todos.
- Setor de acolhimento psicológico para os trabalhadores da educação.
- Psicólogos por quantidade de escolas por regional.
- Concursos para todos os cargos
- Projeto pedagógico único para o município respeitando a autonomia escolar.
- Alimentação para os trabalhadores da educação semelhante ao estudantes.
- Garantia da elaboração do café para os trabalhadores da educação
- Formações com escuta dos trabalhadores em educação
- Respeito à formação profissional e acadêmica dos professores, com uso de doutores da própria rede para desenvolver metodologia de registro eficaz, rápida e simplificada.
- Garantir o atendimento da EJA em todas as escolas onde houver demanda e estimular a verdadeira demanda.
- Transformação do Conselho Municipal de Educação em um conselho popular com real poder de decisão e deliberativo.

**SAÚDE**

**Saúde pública, gratuita e de qualidade**

Um dos grandes problemas de Contagem segue sendo a saúde pública. Há um processo de sucateamento, desvalorização dos servidores e precarização do serviço à população, apesar do dito investimento da prefeitura a saúde segue dependendo de BH para vários serviços à população.

A saúde em Contagem foi entregue no passado a organizações privadas e quebraram forçando a prefeitura a reassumir o serviço das UPAs e do Hospital Municipal criando uma Empresa Pública, a SSA, o que não resolveu o problema.

**A saúde pública e a epidemia da dengue**

A epidemia de dengue, zika e chikungunya trouxe a necessidade de maior investimento em saúde e em saneamento básico. No Brasil já são mais de 4 milhões de casos suspeitos e confirmados de dengue e mais de 1600 mortes confirmadas da doença e Minas Gerais está entre os estados com mais casos no país. Em Contagem, as UPAS e Unidades Básicas de Saúde lotadas foram a realidade em vários pontos da cidade nos últimos meses. E para o ano de 2025 já foi alertada que haverá uma nova epidemia, e cenas que assistimos nestes anos podem se repetir.

Para o combate à dengue, e outras enfermidades que acometem a população, é necessário investimento real nos equipamentos de saúde e nas políticas específicas como fumacê, aumento dos profissionais agentes de saúde e de combate às endemias (ACS e ACE) e campanhas educativas.

Somado a isso, a nomeação de profissionais de saúde possibilitaria reduzir as demoras no atendimento. Além disso, a melhoria na estrutura da cidade, como saneamento básico, reduziria focos de transmissão.

A vacinação contra a dengue também é importante medida para diminuição de casos.

**A luta contra a privatização da saúde**

A privatização dos serviços de saúde ocorre quando o Estado permite a apropriação de grupos privados, das verbas públicas, mesmo que se garanta serviços gratuitos. As formas de apropriação privada podem ser transferência direta de fundo público e de patrimônio público e economias mistas. Mesmo com a Constituição de 1988, com a Lei 8080/90, o setor privado continuou com subsídio público. Houve a ampliação do sistema público, mas com a relação entre esses dois setores, gerando contradições e disputa do dinheiro estatal.

Os poucos investimentos públicos na saúde fazem desse setor um dos mercados mais lucrativos do mundo. O Brasil é um dos maiores mercados de saúde do mundo. A Lei 13097/15, uma verdadeira aberração jurídica, no seu capítulo 17, abriu legalmente o mercado de saúde para as empresas internacionais. Assim, as empresas internacionalizadas poderão prestar serviços ao SUS e a Lei 13097 permite a compra de hospitais filantrópicos pelo capital internacional, escancarando as portas dos SUS para estas empresas.

Os exemplos de privatização do SUS são muitos. A implementação da EBSERH foi um desrespeito à autonomia universitária, um risco à independência das pesquisas feitas nos Hospitais Universitários, flexibiliza os vínculos dos trabalhadores, os separa em celetistas e efetivos e transfere verbas para uma empresa. As comunidades terapêuticas, que são locais que dizem fazer cuidado da saúde de usuários de álcool e outras drogas, é uma forma de desvio de recursos públicos para ONGs e igrejas. Esse financiamento deveria ser usado para os equipamentos legitimados pela saúde pública, baseados na reforma psiquiátrica antimanicomial. A partir de várias pesquisas já foi demonstrado que o modelo dessas comunidades faz violações de direitos humanos, sendo assim necessário reafirmar que o tratamento dessas pessoas seja feito pelo modelo antimanicomial.

As OSs e OSCIPS já são uma realidade em várias cidades do país, como já foi aplicado em Contagem, desde a atenção básica à atenção terciária. Essas empresas usam o dinheiro público para fazer a gestão da saúde e com isso ganhar rios de dinheiro no processo de privatização. Os escândalos de corrupção envolvendo essas Organizações Sociais mostra que o dinheiro que deveria ser empregado diretamente no serviço público de saúde é desviado. O Programa Farmácia Popular, visava um maior acesso a medicamentos para a população, mas quebra um dos princípios do SUS, que é a gratuidade da assistência farmacêutica, ao transferir para o usuário o pagamento de 10% do valor do medicamento. O Programa Farmácia Popular possui estabelecimentos estatais, mas na sua segunda fase é ampliado para as farmácias privadas, que passam a receber recursos públicos.

O exemplo de Contagem é emblemático. Foi entregue a OS o que fez com que atendimento nas UPAS e no complexo hospitalar fosse terceirizado. A empresa envolta em casos de corrupção perdeu a concessão. A prefeitura criou uma empresa pública, a SSA, mas os problemas persistem no atendimento à população. Os trabalhadores são contratados sem concurso público e sofrem com assédio moral e sem ter a garantia de emprego.

O subfinanciamento da Saúde continua e tende a piorar Nunca é demais enfatizar que esta é a principal causa do mau funcionamento do sistema. Os mecanismos mais importantes que causam esta falta de verbas no SUS são:

a) DRU: O primeiro é a DRU, Desvinculação das Receitas da união, que permite ao governo mexer a seu bel prazer em 20% do orçamento da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social). A DRU surgiu em 1994 e vem sendo constantemente prorrogada pelos diferentes governos.

b) Outro obstáculo objetivo para a ampliação dos gastos com saúde pública é a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que engessa as administrações de municípios, estados e União, colocando limites burocráticos para os gastos com pessoal, sob pena de graves sanções aos administradores. Sempre que os funcionários reivindicam reajuste salarial, plano de cargos e salários ou contratação de mais funcionários para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos, o governante invoca a LRF.

Esta lei também serve para impulsionar o processo de privatização da saúde, ao colocar um limite de gastos com salários do funcionalismo público e induzir os governantes a contratarem funcionários via terceirização, já que estes gastos não entram como despesas de salários para a LRF. Não há como melhorar os serviços públicos de saúde sem um aumento significativo dos gastos com saúde, pois é uma área que exige gastos intensivos com pessoal.

As mulheres e a saúde

No quesito saúde, são as mulheres trabalhadoras as que mais sofrem com a falta de investimento, pois são a maioria dos usuários dos serviços públicos, seja para si, seja pela responsabilização de acompanhamento dos filhos, pai e mãe, e familiares. São elas que enfrentam as enormes filas, esperam meses para consultas especializadas, e sofrem com a falta de profissionais. Por isso, a luta por uma saúde de qualidade, pública e acessível, é uma pauta das mulheres.

Além disso os trabalhadores da saúde, são compostos por um quadro majoritariamente

feminino. Segundo o COFEN, a enfermagem, profissão que está presente em todas as instâncias da saúde, é composta muito majoritariamente de mulheres. As profissionais da saúde são extremamente precarizados, com baixos salários e longas jornadas de trabalho, tendo que na maioria das vezes assumir dois empregos.

Diante desse cenário, defendemos:

➢ É preciso acabar com o processo de privatização continuada da saúde. Acabar com toda gestão privada nos estabelecimentos de saúde, através das OS's (supostas "Organizações Sociais"), OSCIPs, EBSERH ou de Fundações Privadas. Pelo fim das O.S, OSCIPs, EBSERH e Comunidades terapêuticas;

➢ Fim do Assédio Moral nas unidades de saúde

➢ Fim das terceirizações para todos os níveis

➢ Pagamento do piso nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate a Endemias (ACE)
➢ Valorização salarial e Plano de carreira para os profissionais da saúde;
➢ Pela ampliação dos estabelecimentos de saúde mental, baseados na reforma psiquiátrica
➢ antimanicomial;
➢ Contra a internação compulsória e por mais investimentos em políticas de saúde mental.
➢ Por uma política de drogas, com a legalização e a descriminalização. Pelo fim do
➢ investimento público nas Comunidades Terapêuticas. Junto com isso, a prefeitura deve garantir campanhas de saúde pública e o atendimento estatal de saúde aos usuários
➢ Pela ampliação das políticas e investimento no combate às doenças crônicas;

➢ Pela ampliação da política de saúde para os idosos;
➢ Ampliação do SAMU, de forma pública, com valorização dos profissionais.
➢ Pela construção de mais leitos no Hospital Municipal. Ampliação do complexo hospitalar. Construção de mais UPAS e revitalização das já existentes;
➢ Por uma política real de combate às doenças negligenciadas e endêmicas.
➢ Por uma política de saúde para as mulheres que seja mais ampla que sua saúde reprodutiva e políticas para mulheres negras e comunidade LGBTIs que abarque suas especificidades.
➢ Ampliação da Rede Física do SUS em Contagem
➢ Carga horária de 30h semanais para todos os profissionais de saúde.
➢ Ampliação das unidades de urgência e emergência de assistência bucal.
➢ Por um controle dos trabalhadores sobre a saúde da cidade. Por conselhos populares na
➢ Saúde.
➢ Por uma Assistência farmacêutica de qualidade e com acesso real e qualificado aos
➢ medicamentos.
➢ A implementação do SUS, com investimentos e contratação de profissionais em saúde
➢ por concurso público.
➢ Luta por um SUS 100% público, gratuito e de qualidade.

**TRANSPORTE**
**<u>Estatização sem indenização do transporte e Tarifa Zero</u>**

O Brasil se mantém como um país predominantemente urbano, com mais de 84,6% da população vivendo em cidades e apenas 15,6% da população vivendo nos campos, segundo dados do Censo Demográfico realizado em 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contagem, é uma cidade cresceu a partir do processo de industrialização, principalmente a partir da criação da cidade industrial na década de 1940, porém excluiu parte significativa da população, ao não garantir moradia para o conjunto dos trabalhadores e ao longo das décadas seguintes uma parte dos trabalhadores foi morando cada vez mais longe do seu trabalho.

De acordo com o Censo IBGE 2022, a população de Contagem é de 621.863 habitantes, mas além desta população, diariamente, a cidade recebe cerca de 140 mil pessoas que moram em outras cidades da RMBH e uma parte significativa de pessoas se dirigem a outras cidades para trabalhar ou estudar, tendo que se deslocar, o que torna o problema da mobilidade uma questão metropolitana.

Vários modais de transporte se desenvolveram, mas a partir da década de 80 os governos optaram pelo transporte rodoviário. Em consequência desta escolha foi desenvolvido um sistema viário, onde o transporte individual (dos carros) ou de ônibus predominou. O grande uso de carros se dá pela política explícita pelo transporte viário e pela relação promíscua que os governos tiveram com as empresas privadas que administram o transporte público na cidade. As isenções fiscais sobre a indústria automotiva e a facilitação para obtenção de crédito fizeram parte da escolha dos governos e em decorrência disto ocorreu o aumento da frota de automóveis e utilitários.

O transporte realizado através de carros e ônibus traz grandes problemas para a cidade. Entre os problemas devemos salientar:

**Elevado valor da passagem**

Quanto do salário-mínimo é gasto pelas pessoas que pegam transporte todo dia? Quase 20% do salário mínimo é gasto usando o transporte público duas vezes ao dia e as mulheres negras possuem o maior gasto com transporte público com relação à sua renda média. Em Contagem, o valor da passagem é de R$ 6,00, um valor muito alto em relação à qualidade do transporte público,

Contagem é o maior valor da passagem do Brasil, agora que tem que usar o transporte metropolitano paga ainda mais caro, já que em muitos casos tem que pagar duas ou tres passagens. .

**Perda de tempo no trânsito**

O tempo gasto em uma viagem é um problema para todos, mas para o trabalhador que trabalha entre 8hs e 12 hs em seu dia de serviço, já exausto, encarar uma viagem, que dura entre uma e duas horas é massacrante. Compromete toda possibilidade de se preparar melhor, dificulta o acompanhamento dos filhos na escola, etc.

Isto tudo se dá pela opção pelo transporte automotivo. Por isto se torna fundamental o investimento no transporte via trens e metrôs.

**Má qualidade dos transportes**

Um problema já enfrentado hoje é o sucateamento da frota. O tempo para os proprietários trocarem os ônibus é longo, a fiscalização ineficaz e a conivência dos vereadores explícita. Em detrimento disto a população, cotidianamente tem de andar em ônibus em péssimo estado de conservação. A promessa do novo modelo de transporte, o SIM (Sistema Integrado Metropolitano) não se implementa e esta ligado a máfia das empresas de ônibus, e em outras cidades onde foi aplicado não resolveu os problemas do transporte, vide o que ocorre em Belo Horizonte, o MOVE.

Outro problema relacionado ao transporte é o da enorme distância entre os horários dos ônibus. Isto se dá, porque desta forma aumenta a taxa de lucro das empresas. Com viagens mais espaçadas, os ônibus ficam mais cheios (em muitos dos casos desumanamente lotados) e assim o lucro por viagem aumenta. Garantir ônibus noturno também é uma necessidade, mas como nestes horários o lucro é menor, as empresas não atendem esta demanda, ou deixam o usuário por horas na espera.

Ônibus com goteiras em dias de chuva; sem ar condicionado; com elevadores para acessibilidade que não funcionam, dificultando a vida daqueles que precisam; com problemas mecânicos, que gera inclusive incêndios em vias públicas, colocando em risco a vida de passageiros e outros problemas sentidos diariamente pelos usuários.

Além disso, a falta de agentes de bordo sobrecarrega o trabalho do motorista, além de colocar em risco a vida dos passageiros, já que a atenção do motorista se divide em dirigir e fornecer troco. Os grandes intervalos entre um horário e outro gera ônibus lotados e desconfortáveis, principalmente em horários de pico. Os pontos de ônibus, em muitos locais, são escuros, sem proteção contra chuva ou sol, gerando insegurança dos usuários.

A integração do transporte com as cidades da região metropolitana também é um problema. Segundo o estudo do ITDP, publicado em 2020, 92% da população da região metropolitana está distante do transporte de média e alta capacidade (BRT e metrô), dificultando a movimentação das pessoas para o trabalho, por exemplo. A ausência de um bilhete único que unifique o pagamento das tarifas de Contagem, Belo Horizonte e as cidades da região metropolitana também dificulta essa integração.

**<u>Defendemos:</u>**

- Lutar pela reestatização do Metrô, contra a precarização dos direitos dos servidores, pela aplicação da Tarifa Zero e pela retomada da ampliação. A privatização do metrô piorou o serviço, tornando-o mais caro e com uma qualidade a desejar. Os horários entre um trem e outro não diminuíram, pelo contrário, em alguns casos aumentaram e não há uma ampliação necessária do número de trens.

- Luta contra a terceirização dos servidores do transporte público ferroviário (hoje em aproximadamente 70% dos cargos);

- Luta pela ampliação dos modais do metrô;

- Luta pela implantação da Tarifa no metrô, financiada pelo valor pago pelas empresas mineradoras, pelo uso da malha viária pública.

- Criação formal de Conselhos Popular de transporte compostos por trabalhadores e também por usuários das regiões atendidas por este modal do transporte coletivo.

- Retorno dos agentes de bordo nos ônibus.

- Melhoria na estrutura do transporte público na cidade, englobando melhoria e aumento da frota de ônibus e ampliação das linhas do metrô.

2. Interromper todos os contratos com empresas privadas que hoje detêm concessão sobre o transporte coletivo.

É necessário romper os contratos com as empresas de ônibus e estatizar o transporte coletivo na cidade. Não é possível colocar nas mãos daqueles que apenas querem o lucro, o direito essencial da mobilidade urbana.

3. Realizar auditoria no sistema de transporte rodoviário atual

- É necessário saber o custo real de cada viagem e qual é o lucro das concessionárias e empresas que dominam o transporte coletivo

4. Construir um Fórum de Debate sobre o papel do transporte público como serviço público, coletivo e gratuito ao conjunto da sociedade.

- Debate sobre a limitação dos transportes de Contagem na procura pelo emprego; estudar; fazer cursos; acessar a saúde, espaços esportivos e de lazer.

5. Readmitir os agentes de bordo para trabalhar nos ônibus e criar Tarifa Zero para a população.

- É inadmissível que os agentes de bordo, chamados de cobradores, dos ônibus sejam jogados no desemprego e que suas atividades sejam somadas às já existentes para os motoristas.

- É possível a instauração de gratuidade da tarifa para a população, desde que não sejam as empresas de ônibus, com sua sede de lucro, que dominem o transporte coletivo na cidade.

6. É preciso estatizar as empresas de ônibus e construir uma empresa Municipal única de transportes urbanos, que integre ônibus, trens e metrôs sob controle dos funcionários e usuários do sistema.

- Em Contagem, a precarização do transporte público que, além de ser um dos mais caros do mundo, submete a grande maioria da população e os trabalhadores a um inferno diário, é causado pela lógica privada do serviço, que beneficia os lucros das grandes concessionárias. Só um transporte estatal, sob controle dos trabalhadores, pode garantir um serviço barato, a preço de custo, de qualidade e rumo a tarifa zero.

- O Artigo 6, da Constituição fala do Direito Social da população ao Transporte e o transporte como vemos atualmente nos mostra claramente que este direito não é cumprido.

- Dos 5.565 municípios do Brasil, 101 adotam a Tarifa zero, em 2024. A maior delas, do ponto de vista populacional, é Caucaia (CE), com mais de 355 mil habitantes. Depois vem Maricá (RJ), com 197 mil pessoas. Em Caucaia (CE), em 2023, eram utilizados 70 ônibus (eram 48 ônibus) para garantir a operação do transporte da cidade e a prefeitura destina o montante de R$ 3 milhões por mês, para financiar a operação. Este é um exemplo claro que ocorreu a substituição do transporte privado pelo público. Como consequência teve a redução do uso de gasolina e automaticamente isto impacta a emissão de gases poluentes na cidade. Podemos pensar em uma dezena de aspectos positivos para isto. Em São Caetano do Sul, SP, (governo do PSDB), com 166 mil pessoas, o projeto custa R$ 35 milhões por ano, o que significa 1,44% do orçamento municipal, em 2023.
- A estatização do transporte e gratuidade da passagem garantiria: Facilidade para a população realizar tratamentos médicos, ter acesso aos espaços educacionais, aos equipamentos culturais da cidade e aos aparelhos governamentais; possibilidade às pessoas desempregadas de procurar emprego; redução no custo de vida das famílias trabalhadoras;

- Redução do custo operacional dos pequenos comerciantes e produtores; provável redução do tempo das viagens; redução do desgaste dos motoristas de ônibus que hoje são cobradores, fiscais e motoristas; fim da relação conflituosa entre os trabalhadores/as dos ônibus e passageiros e redução no número de carros que rodam na cidade, diminuindo o trânsito.

7. É preciso uma política para os trabalhadores rodoviários em Contagem e, com a criação da empresa Municipal única de transportes urbanos:

- Garantia dos empregos dos atuais trabalhadores do setor.

- Valorização salarial
- Criação de um plano de carreira
- Estabelecimento de uma jornada de trabalho de 6 horas/dia, com descanso semanal remunerado.
- Concurso público para os novos servidores da empresa de transporte municipal.

.

8. Criar Conselhos Populares Regionais compostos por trabalhadores e usuários do transporte coletivo nas regiões

- É fundamental que os trabalhadores, somados a população das regionais, possam decidir sobre o funcionamento do transporte que os atenderá.

9. Expansão das pistas específicas para ciclismo, criação de novas pistas e

campanha de conscientização no trânsito, sobre as pistas exclusivas para a prática do ciclismo.

- O aumento da prática do ciclismo depende muito da diminuição do número de veículos nas vias urbanas e isto só se dará com a eficiência do transporte de massa, isto é, metrô e ônibus auxiliares.

- Hoje temos pistas que não tem segmentação, são mal cuidadas e não contam com informação da PMC para que seu uso seja respeitado e nem com fiscalização. Por isso é necessário a criação de mais pistas, dar segmento as que existem e garantir uma campanha de uso consciente.

**Meio ambiente, saneamento básico e capitalismo**

O desenvolvimento das forças produtivas possibilitou ao capitalismo aumentar não somente a exploração da classe trabalhadora, mas também o consumo dos recursos naturais. A concentração das fábricas nos centros urbanos aumentou a emissão de poluentes atmosféricos, o consumo das águas, o lançamento de efluentes industriais nos cursos d'água, dentre outros. Além da poluição industrial, a concentração da população nos grandes centros urbanos apresentou com um dos grandes desafios do século XXI, a garantia do saneamento básico para a população. Neste ritmo, não é possível superarmos o capitalismo para iniciarmos uma luta por um meio ambiente verdadeiramente equilibrado, uma vez que esta temática está diretamente relacionada com a sobrevivência, saúde e qualidade de vida da classe trabalhadora.

O movimento ambientalista internacional começou a sua organização somente na década de 1960 e nesse período histórico também surgem os encontros internacionais que apontavam os perigos do desenvolvimentismo do capitalismo. O problema é que por mais que os movimentos questionassem o modelo econômico imposto, vários limites eram identificados porque eles não apresentavam como alternativa a necessidade de superação deste sistema.

O capitalismo não só leva a superexploração dos trabalhadores à elementos de barbárie, mas também degrada o meio ambiente de uma forma brutal. Desde o século XIX, com a intensificação da industrialização, as emissões de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da queima de combustíveis fósseis aumentaram, contribuindo para alterações na composição química da atmosfera e para o aquecimento global. Desde 1750, a concentração de CO2 na atmosfera aumentou de 278 ppm (partes por milhão) para 427 ppm, em maio de 2024. Como consequência, o ritmo de aumento da temperatura média global foi significativamente maior do que antes. O aquecimento global tem o potencial de aumentar a frequência e a gravidade de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, tempestades, secas e incêndios florestais. A ganancia insaciável da burguesia mundial joga a humanidade na barbárie: guerras, mudanças climáticas, pobreza, fome, miséria são algumas das consequências que atingem ainda mais a classe trabalhadora, o povo pobre, negros e mulheres.

No Brasil, o governo Bolsonaro foi um defensor aberto da agressão ao meio ambiente para maximizar os lucros da burguesia. Em 2019 e 2020 o desmatamento na floresta amazônica atingiu os piores índices desde 2008. Mas no Governo Lula, o desmatamento não deixou de ser uma realidade no Brasil. Em 2023, 1.829.597 hectares de vegetação nativa foram desmatados no país e no primeiro trimestre de 2024 foram desmatados 19.600 hectares. Foi criado o Ministério dos Povos Indígenas e retirado do mesmo o poder sobre a demarcação das terras indígenas. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) vem sendo sucateado junto com vários outros mecanismos de resguardo das florestas.

Em Minas Gerais, Romeu Zema (NOVO) prefere manter o lucro das mineradoras e do agronegócio do que manter o meio ambiente sem ataques. Minas Gerais perdeu 166,7 mil hectares de florestas naturais, entre 2019 e 2022, segundo o MapBiomas; além disso, as multas e punições para crimes ambientais foram amenizadas; houve um sucateamento da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e os crimes causados pelas mineradoras são relegados.
Contagem foi moldada por um planejamento urbanístico já ultrapassado e que não conseguiu resolver os desafios de uma explosão demográfica crescente, típica das grandes cidades brasileiras, e priorizou o desenvolvimento industrial, sem se preocupar com a qualidade de vida da população da cidade, agravando ainda mais as questões ambientais. A burguesia ao se apoderar das riquezas mundiais, em sua busca insana por lucros e mais lucros, negligencia as mudanças climáticas, a poluição e a degradação dos sistemas naturais. Diante desse cenário, é urgente abordar essa questão de forma efetiva. É essencial considerar as vulnerabilidades ambientais de Contagem diante das mudanças climáticas ao elaborar políticas públicas para a cidade.

Não podemos esperar que Zema, Lula, os prefeitos burgueses farão algo que vá minimamente amenizar a crise climática, que piora a cada dia. Agora nas eleições, mais promessas serão feitas, mas nenhum partido da ordem burguesa, de direita ou de esquerda, que buscam gerenciar as crises criadas pelo sistema capitalista, pode dar fim a barbárie que nos espera na próxima esquina.

Somente um projeto revolucionário e socialista pode nos livrar dessa destruição dos recursos naturais do planeta imposta pelo capitalismo. Só um projeto socialista, fincado na independência de classe, pode construir as soluções para que a humanidade não atravesse o ponto de não retorno que os cientistas tanto nos avisam.

A luta contra o colapso ambiental precisa ser assumida pela classe trabalhadora e suas organizações. Dos indígenas Muras que lutam contra a mineradora Potássio do Brasil, passando pelas demais etnias que lutam contra garimpeiros e pela demarcação de suas terras; os ribeirinhos que lutam e resistem em meio ao completo abandono; até os operários e operárias e demais trabalhadores(as) da cidade.

A proposta deste documento é apresentar uma discussão sobre como o sistema capitalista apropria da natureza e como este tema está diretamente interligado com a qualidade de vida da classe trabalhadora, destacando as relações e contradições existentes nos marcos das políticas ambientais, da economia e da própria organização das cidades.

**Contagem**

Os mais pobres e desprovidos de direitos frequentemente residem em imóveis abandonados, em casas precárias à margem de córregos, nas encostas íngremes ou nas ruas. Nesses locais, o Estado geralmente não provê infraestrutura adequada e acesso a serviços públicos essenciais. A mercantilização da apropriação do espaço dita as regras nas cidades, com especuladores e empreendedores imobiliários driblando os planos diretores e transformando a terra urbana em mercadoria, abandonando sua função social em prol da especulação imobiliária e, nesse contexto, Contagem não é exceção, os diversos partidos que passaram pela administração municipal atuando como representantes dos bilionário atuaram para que a boiada corresse solta. Uma cidade sustentável é algo impossível no capitalismo, mas é preciso que os recursos do município sejam colocados a serviço da melhoria da qualidade de vida da população. Houve uma luta importante na cidade de Contagem para aprovar um plano diretor que tentasse impedir o avanço da especulação imobiliária, que impedisse que áreas rurais se se transformasse em urbanas e pudessem servir para empreendimentos imobiliários, mesmo assim a prefeitura quer cobrar IPTU de imóveis rurais o que é proibido e esta asfaltando vias nestas áreas o que é um ataque ambiental, poderiam usar outro tipo de pavimentação já que estas áreas são importantes para o meio ambiente da cidade, que estão próximas de áreas de preservação ambiental como a bacia da Varzea da Flores.

É necessário impor um desenvolvimento econômico em acordo com as necessidades dos trabalhadores e da população e da preservação do meio ambiente. E, para isso, é fundamental enfrentar as grandes empresas para defender o meio ambiente. Significa reestatizar a Vale S.A., para evitar novos crimes ambientais; impor normas para redução da emissão de carbono, com a expropriação das empresas que as rompam; desenvolver fontes limpas de energia, como a eólica e outras, além de ampliar a geração de energia elétrica com preservação ambiental e não com obras monstruosas como Belo Monte. Para o PSTU só é possível dar passos nesse sentido com uma gestão que se apoie em conselhos populares do meio ambiente e geral.

Abastecimento de água

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), empresa responsável pelo abastecimento público de Contagem, explica que o abastecimento da cidade em sua maioria são provenientes do Sistema Paraopeba, composto pelos reservatórios Rio Manso, Serra Azul e Vargem das Flores. O que coloca a importância da Preservação a APA de Vargem das Flores, e coloca na ordem do dia a luta contra o Rodoanel. No projeto de traçado de Zema a rodovia irá passar justamente na área de recarga da Lagoa de Vargem das Flores o que coloca em risco o abastecimento de água da cidade.

Drenagem e manejo de águas pluviais (águas das chuvas)

Contagem possui sérios problemas com enchentes e deslizamentos. A canalização dos cursos d'água, a impermeabilização dos solos e a diminuição das áreas verdes são os grandes responsáveis por esta realidade. Contagem realiza a canalização de diversos cursos d'água e os argumentos geralmente são os mesmos, como aumentar as vias de transporte e os loteamentos. Essas medidas, entretanto, ignoram as características naturais dos cursos d'água. Em sua maioria, as áreas afetadas pelas enchentes e deslizamentos são as periféricas e a classe trabalhadora é quem mais sofre com essa realidade. Para contornar essa situação, a prefeitura está construindo bacias de detenção. Essas bacias funcionam como grandes piscinas que acumulam a água e evitam que elas provoquem enchentes. Para vários movimentos ambientalistas essas medidas são paliativas e não colaboram com a construção de uma cidade realmente sustentável. Um exemplo é o que

acontece na comunidade do Marimbondo, a Bacia de Captação não impediu que as enchentes se repetissem ano a ano ou até piorem.

Saneamento Básico e limpeza urbana

a) esgotamento sanitário

A insuficiência do tratamento de esgoto é uma realidade em várias cidades e não é diferente em Contagem. Há poucas estações de tratamento de efluentes.. Como é com o abastecimento público das águas, a COPASA é a autarquia responsável pelo tratamento do esgotamento sanitário do Município.

As vilas, favelas, ocupações de Contagem não possuem esgotos encanados, isso significa que os efluentes são lançados diretamente nos cursos d'água, deixando a população vulnerável a vários tipos de doenças e problemas de saúde. Certamente houveram avanços com a construção das estações de tratamento de esgoto, mas os investimentos ainda são baixos considerando as necessidades do Município. Interceptores estão sendo instalados com o objetivo de impedir o lançamento do esgotamento sanitário diretamente nos cursos d'água, mas eles estão presentes somente em alguns bairros.

a) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos
O serviço de limpeza urbana da cidade é administrado pela pela prefeitura, mas o serviço de coleta de lixo, varrição de ruas e outros é feito por empresas terceirizadas, defendemos que seja criada uma empresa pública que faça este serviço.

Rodoanel

O Rodoanel é um projeto do governo Zema que trará consequências hídricas, ambientais e sociais em uma extensão de quase 100km e que passará por 13 municípios e cerca de 60 mil pessoas com casas, em cidades, vivendo em Comunidades Tradicionais e que darão lugar para passagem ao "Rodominério". Sem participação popular para aprovar o projeto do Rodoanel; com processo de licitação feito fora de Minas Gerais; com desapropriações pagas com valores muito inferiores ao justo; sem licença ambiental aprovada antes da licitação; o Rodoanel será construído em Minas Gerais. O rodoanel também afetará o reservatório da Várzea das Flores permitindo que o abastecimento hídrico de Contagem da RMBH seja alterado. O governador Romeu Zema mais uma vez está a governar para os ricos burgueses.

Áreas verdes

Contagem possui diversos parques urbano. Em sua maioria eles foram criados a pedido da própria população. Apesar de sua importância, muitos encontram-se abandonados e sem infraestruturas necessárias para seu bom funcionamento como portaria, banheiros, orientação de uso, manutenção das estruturas físicas e das áreas verdes (jardins), dentre outros. Apesar da reforma da prefeitura em alguns ainda é insuficiente.

Os parques urbanos são importantes espaços de socialização das comunidades, possibilitando a prática de atividades físicas e de lazer. Eles também contribuem com a qualidade do ar e com a infiltração das águas das chuvas. Colaboram com a preservação da fauna, principalmente das aves e melhoram a qualidade de vida da população local como um todo.

Em Contagem o debate envolvendo áreas verdes são polêmicas porque os governos municipais apropriam destes espaços de acordo com os seus interesses, desencadeando conflitos socioambientais, muitas vezes entre a própria comunidade. Um exemplo refere-se às ocupações urbanas. O Governo sempre argumenta que algumas ocupações estão localizadas em áreas de preservação ambiental, próximas à cursos d'água, em áreas verdes importantes para a biodiversidade da cidade. No entanto, quando é para a especulação imobiliária, o discurso muda para o chamado interesse social. A região do Nacional talvez seja um dos grandes exemplos desta contradição. A Prefeitura de Contagem autorizou diversos empreendimentos imobiliários em áreas de nascentes que abastecem a bacia da Pampulha. Ali poderiam ter sido criados parques para a população e preservação do meio ambiente.

A prefeitura comete crimes ambientais ao conceder licenças para construtoras que visam unicamente o lucro de seus empreendimentos. Este é mais um exemplo de políticas que caminham na contramão de uma cidade

realmente sustentável. A especulação imobiliária não possibilita moradia de qualidade para a população de baixa renda, reproduzindo apenas a lógica do sistema capitalista.

**Defendemos**

- Garantir que todos os bairros, independentemente de sua localização geográfica, tenham acesso ao abastecimento público das águas, sem rodízio, racionamento ou aumento da tarifa e garantida pela COPASA 100% estatal.
- Com relação à população é preciso incentivar e valorizar iniciativas populares que visam preservar e conservar as nascentes urbanas; incentivar as captações das águas das chuvas; desenvolver programas de educação ambiental que colaborem com a emancipação humana e não somente reproduza uma economia de consumo que afeta somente a classe trabalhadora mais pauperizada.
- Que a COPASA realize a captação e o tratamento do esgoto sanitário de todas as residências da cidade, independentemente de sua localização geográfica.
- Por uma empresa de limpeza urbana 100% estatal com ampliação da coleta seletiva para todos os bairros da cidade, valorizando as cooperativas de reciclagem e trabalhadores que realizam informalmente a coleta seletiva nos bairros da cidade.
- Criação de novos parques municipais, estações ecológicas, florestas urbanas, com o apoio da população, com valorização e contratação de novos trabalhadores para todas as unidades de conservação do Município.
- Contra o Rodoanel, que será construído para garantir os lucros das mineradoras e a destruição da vida das pessoas. Por outras alternativas para resolução do transporte intermunicipal da região metropolitana de BH.
- Por um outro modelo de mineração, que não seja baseado na destruição do meio ambiente e da vida das pessoas. Contra a mineração na Serra do Curral e do Gandarela. Pela reparação, aos atingidos, dos crimes da Vale em Bento Gonçalves e Brumadinho. Pela reestatização da Vale.

## HABITAÇÃO

**Enquanto Morar for um privilégio, ocupar é um direito.**

A falta de moradia é um problema presente em muitas cidades brasileiras, incluindo Contagem, terceira maior cidade do Estado. Este fenômeno pode ser compreendido como o resultado de um processo de ocupação do espaço que foi executado de forma desigual e violenta, servindo para garantir a manutenção do sistema capitalista em formação ainda na época da colônia.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, aproximadamente 1,5 milhão de brasileiros estavam sem-teto. Em Contagem, a situação se torna ainda mais crítica, com um número crescente de famílias vivendo em condições precárias.

### Crescimento Populacional e

### Urbanização

Contagem tem enfrentado um rápido crescimento populacional nas últimas décadas. De acordo com o censo de 2022, a população da cidade é de 621.863, levando a uma demanda crescente por habitação. A urbanização acelerada tem gerado um aumento na especulação imobiliária, resultando em um aumento nos preços dos alugueis e na dificuldade de muitas famílias para acesso a moradias adequadas.

A desigualdade social é um dos principais fatores que contribuem para a crise de moradia. Dados do IBGE mostram que a cidade apresenta um alto índice de pobreza, com cerca de 30% da população vivendo com menos de meio salário mínimo por mês. Essa situação torna difícil para muitas famílias arcar com os custos de habitação, levando-as a buscar alternativas em áreas informais ou a viver em ocupações.

As moradias enquadradas como não adequadas, infelizmente, não compõem os índices oficiais do déficit habitacional, mas sem dúvidas devem ser consideradas para a construção de qualquer programa habitacional de uma cidade. De acordo com o último censo, a Região metropolitana de BH possui 371.561 moradias inadequadas, correspondendo a 19,3% das moradias da região, os dados precisos da cidade não foram discriminados no censo.

A crise econômica no nosso país trouxe consequências que tornam cada vez mais impossível o horizonte de uma casa própria ou uma moradia digna para todos. Essas consequências são o desemprego, o corte de direitos trabalhistas, a inflação nas alturas, o enorme endividamento e a consequente inadimplência de grande parcela da população.

Junto com isso, o alto valor dos alugueis "empurram" os trabalhadores (as) mais precarizados (as) para bairros cada vez mais distantes de seus locais de trabalho, fazendo com que se gaste, em média no Brasil, cerca de 13 horas com o trabalho (deslocamento + jornada de trabalho). Cada vez mais famílias são levadas a morar em vilas e favelas, ou até mesmo em ocupações urbanas, convivem com o tráfico de drogas, a violência policial e a discriminação. Na sua maioria são famílias negras e muitas chefiadas por mulheres, que além de todos os problemas econômicos citados acima passam por diversas situações de opressão e violência racista e machista que tornam suas vidas ainda mais pesadas.

Quando o sistema capitalista não consegue garantir o mínimo para a sobrevivência da classe trabalhadora, a organização e a luta é o único caminho viável. Por isso, as ocupações urbanas vem ganhando cada vez mais corpo, pois mostra que diante da ausência de políticas públicas do Estado capitalista, a classe trabalhadora irá se organizar para garantir o que é mínimo.

Infelizmente Contagem não é uma ilha, a lógica adotada em nossas terras é a mesma que prevalece no país inteiro, alimentada pelos modelos de política adotada pelos governos federais. Durante o governo de Bolsonaro com o programa Verde Amarelo, houve uma paralisia quase completa da construção de moradias populares, e um plano de privatização da regularização fundiária

No entanto, O Programa Minha Casa, Minha Vida, embora tenha contribuído para a construção de habitações populares, não conseguiu atender a toda a demanda existente. Acabou sendo uma política que serviu mais para a transferência de recursos para as grandes empreiteiras e o setor privado lucrarem com o dinheiro público. Além disso, a burocracia e a falta de informações muitas vezes dificultam o acesso das famílias cadastradas aos benefícios, perpetuando a situação de vulnerabilidade social.

A falta de moradia adequada afeta diretamente a saúde e o bem-estar das pessoas. Estudos têm demonstrado que famílias sem acesso a moradias dignas enfrentam sérios problemas de saúde, incluindo doenças respiratórias, doenças de pele e doenças transmitidas por vetores. A precariedade das condições de vida também gera um impacto psicológico significativo, contribuindo para problemas como depressão e ansiedade.

Outro aspecto preocupante é o aumento da violência nas áreas mais afetadas. A ausência de infraestrutura e serviços básicos pode criar um ambiente propício para o aumento da criminalidade. O Relatório de Segurança Pública de Minas Gerais apontou que as áreas com maior concentração de ocupações irregulares apresentam índices de criminalidade mais elevados, o que afeta principalmente a população mais jovem.

Para combater a crise de moradia, é essencial que o governo municipal implemente políticas públicas mais efetivas. Isso inclui a construção de novas unidades habitacionais em áreas bem localizadas e acessíveis, além da regularização de todas as ocupações, garantindo que as famílias tenham acesso a direitos básicos, como serviços de água, esgoto e eletricidade.

Mas para isso, é preciso tirar dos grandes capitalistas. Precisamos acabar com a farra das isenções de impostos, que beneficiam os grandes empresários da mineração e do agronegócio, para garantir mais investimento em políticas públicas, incluindo aí a política para moradia.

É urgente que medidas efetivas sejam tomadas para garantir o direito à moradia digna, respeitando a dignidade e tirando dos super-ricos que nada contribuem para o funcionamento da sociedade. Precisamos de uma verdadeira revolução socialista, organizada pelos trabalhadores e trabalhadoras por meio de conselhos populares, para garantir o que é necessário para a nossa classe e botar pra fora esses governos que só servem para atender as necessidades dos exploradores.

**Medidas socialistas para superar o déficit habitacional em Contagem**

- Desapropriar, sem indenização, os imóveis vagos, ou seja, aqueles que não representam a complementação de renda da população trabalhadora mais empobrecida.

- Readequação destes imóveis para que sirvam de moradia. Regularização de todas as ocupações urbanas.
- Construção de uma empresa municipal de obras públicas que possam construir ou adequar as moradias e imóveis já existentes em parceria com as universidades públicas que gere emprego e renda para a população, sob o controle dos trabalhadores e trabalhadores
- Controle do preço dos alugueis
- Fim das isenções de impostos para os grandes empresários
- Desapropriação, sem indenização, das empresas envolvidas em corrupção

**OPRESSÕES**
**Combate ao racismo, ao machismo, à lgbtfobia, à xenofobia e à exploração.**

A luta contra o machismo e todos os tipos de opressões faz parte da luta por uma nova sociedade. É necessário que os governos municipais tenham políticas concretas para a mudança na vida das mulheres trabalhadoras, já que o machismo as ataca seja na educação, na saúde, nas relações pessoais e de emprego. Apesar de uma certa ilusão de que as mulheres estão emancipadas, o que se vê na realidade é que as mulheres continuam ganhando salário menor que o dos homens ocupando o mesmo cargo, sofrem violências cotidianas pelo fato de serem mulheres e sofrem a combinação do machismo junto à exploração.

Sabemos que as eleições não resolvem os problemas da classe trabalhadora, mas não podemos deixar de colocar esse assunto como central em nossas discussões e nas nossas propostas para a cidade. Nesse texto apresentamos pontos que vão ser defendidos por nossos candidatos e candidatas.

<u>Emprego e Educação</u>

O machismo é expresso nas ocupações e no mercado de trabalho. As mulheres apresentam mais desvantagens na forma de inserção no mercado, na segregação ocupacional e nos rendimentos médios. No quarto trimestre de 2023 a taxa de desemprego entre as mulheres era de 9,2% e a de homens era 6,0%, no caso das mulheres negras o índice de desemprego chegou a 11,1%, segundo a PNAD Contínua. Em Minas Gerais, no primeiro trimestre de 2023, a taxa de desemprego entre as mulheres foi de 8,4% e a dos homens de 5,7%.

Lembramos que muitas empresas, nos períodos de crise, com o objetivo de manter seus lucros, sabem que as mulheres recebem menor salário e estão mais dispostas a aceitarem piores condições

de trabalho, para manutenção de suas famílias, já que são muitas as que têm apenas as mulheres com fonte de renda. As empresas também aproveitam a reforma trabalhista para propor contratos temporários e fragilizar as relações trabalhistas, sem garantias.

Além do desemprego, as mulheres, em 2023 receberam uma média salarial de R$ 2.562, enquanto os homens a média foi de R$ 3.323, ou seja, 22,3% a menos. Todos esses elementos atingem ainda mais as mulheres negras que, em 2023 tiveram como renda média R$ 1.582,00, um valor 47% menor que a média da população que foi de R$ 2.982,00, já que as mesmas são muitas vezes chefe de família, sofrem com os empregos mais precarizados, recebem os menores salários e possuem menor índice de escolaridade. Em momentos de crise, as negras são o setor entre as mulheres que se encontram mais desempregadas ou em empregos altamente rotativos.

A Lei 14.611/2023 sancionada ano passado, conhecida como a Lei da Igualdade Salarial, prevê equidade de remuneração para as pessoas independente da raça, sexo, origem, etnia ou idade. Além disso, a Lei prevê a realização de relatórios semestrais com os salários de homens e mulheres, para empresas acima de 100 trabalhadores, e multa para quem não cumprir a Lei. Sem dúvidas a diferença salarial entre homens e mulheres é uma realidade fruto do machismo e da exploração em nossa sociedade. Sabemos que a opressão às mulheres e a necessidade de lucro da burguesia as conduzem para salários mais rebaixados para a mesma função, mas uma Lei não acompanhada de investimentos, cobranças e fiscalização ficará, infelizmente, apenas no papel. A luta para real implementação dessa condição de igualdade deve ser cotidiana e de muita mobilização.

A dupla jornada de trabalho afeta diariamente as mulheres, o trabalho doméstico junto a um ou dois empregos as sobrecarregam. Segundo o DIEESE, em 2022, as mulheres dedicam, em média, 17 horas ao trabalho doméstico, enquanto para os homens esse tempo foi de 11 horas para as mesmas obrigações. A Reforma da Previdência ataca o direito dos trabalhadores e principalmente das mulheres, já que a igualdade da idade de aposentadoria não leva em consideração essa mesma dupla jornada de trabalho.

A redução da jornada para 30 horas semanais, sem a redução de salário, o combate à precarização do trabalho, tanto na iniciativa privada quanto no serviço público, são necessidades para melhorar a vida dos trabalhadores e especialmente das trabalhadoras. Ainda é necessário uma garantia de previdência às donas de casas, já que muitas vezes seu trabalho não é reconhecido.

O tema da educação atinge diretamente as mulheres da cidade. O cuidado com os filhos, em geral, é colocado sobre as mães, mas o cuidado dos mesmos deve ser também responsabilidade do Estado. O Estado precisa garantir, além de Educação, a segurança e a saúde das crianças para que as mães possam trabalhar e se desenvolver profissionalmente. Essa responsabilidade recai sobre as mulheres, que são as mais cobradas por garantir a educação para as crianças e adolescentes, seja para conseguir a matrícula em uma escola quanto na educação em si, já que a maioria dos profissionais da educação são mulheres. As CEMEIS existentes em Contagem são em um número que não atende a demanda das crianças de 0 a 5 anos e muitas vezes, as mães tem que gastar parte de seu salário com creches particulares, ainda mais após a manutenção da grande limitação do ensino integral nas Escolas Municipais, além de redução drástica no número de berçários.

Violência

A violência contra a mulher e o seu crescimento nos últimos anos mostra a face mais cruel do machismo em nossa sociedade. Os números no Estado de Minas Gerais são alarmantes, mesmo sendo subnotificados. Segundo o Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais, ocorreram, em 2023, 183 casos de feminicídio no Estado ; 154.742 casos de violência contra a mulher em Minas Gerais. Lembramos que esses são os dados oficiais, não sendo os dados reais, já que muitas mulheres ainda enfrentam a dificuldade de denunciar seus agressores antes de serem mortas. As

violências físicas (homicídio, agressões e estupros), psicológicas (ameaça, constrangimento, sequestro e cárcere privado) são exemplos de agressividades cometidas contra as mulheres cotidianamente. A maioria das vítimas são negras, com idade entre 25 e 44 anos de idade. A maioria dos agressores são companheiros ou cônjuges e ex-companheiros e ex-cônjuges, não descartando familiares e parentes.

Direitos Reprodutivos, Sexualidade e Aborto

O aborto é uma das maiores causa de mortalidade materna, decorrente da não legalização e descriminalização. Ainda é alto o número de pessoas com útero que morrem vítimas de aborto ilegal por ano no país.

O aborto também é um problema de saúde pública, que atinge principalmente as mulheres trabalhadoras, pois são as que não possuem dinheiro e acesso às clínicas particulares e acabam fazendo o aborto em casa, sem nenhuma segurança ou acompanhamento. Além de ser um problema de gastos com internações causadas por complicações por aborto. Devemos também levar em consideração que homens trans não possuem nenhum política pública específica na capital para discussão e realização de aborto seguro.

É necessário uma campanha ampla pela descriminalização e legalização do aborto. É uma hipocrisia que o aborto aconteça sem que o Estado se responsabilize pelas pessoas com útero. Além disso, é preciso políticas públicas de acolhimento a quem deseja fazer aborto, com orientação psicológica e social, sem criminalização, a fim de reduzir a mortalidade de mulheres e homens trans em grande parte trabalhadoras/es e pobres. A campanha Anticoncepcionais para não engravidar, aborto legal e seguro para não morrer, deve ser colocada nas Unidades de Saúde e discutida com a população.

Na contramão dessa necessidade, o que se viu na cidade de Belo Horizonte foi a aprovação em segundo turno na Câmara Municipal o PL 492/2023, de autoria de Flávia Borja (PP) que apresenta um "censo do aborto". Um projeto de Lei que, na prática, prevê a perseguição e culpabilização de mulheres e de profissionais de saúde que passam a ser obrigados a lançar dados sobre os abortos na cidade. Não podemos permitir que Contagem siga no mesmo rumo. Mesmo que não se lance a instituição e os nomes dos envolvidos, abre brechas para o rompimento do sigilo entre médicos e pacientes e dados sobre qual o tipo de aborto praticado, se legal ou ilegal, já que se exige a razão específica para o procedimento. Além disso, os dados relacionados à saúde já são coletados pela Secretaria Municipal de Saúde. Esse PL não beneficia em nada as políticas necessárias para a redução de danos causados pelo aborto inseguro na cidade, pelo contrário, constrange pessoas com útero em situações de ricos em casos de abortamento em procurar Unidades de Saúde. Mesmo o PL 492/2023 sendo barrado pela justiça deve-se ficar atento a qualquer tentativa de projeto de Lei que coloque em risco o direito ao aborto legal.

A assistência familiar deveria ser garantida pelo SUS aos homens e mulheres que queiram ter filhos. Porém, a responsabilidade acaba sendo exclusivamente das pessoas com útero, essa política, e o mau funcionamento dela impactam diretamente. Na sociedade em que vivemos, a sexualidade é tratada quase como um tabu, seja por questões morais, familiares ou religiosas. Reflexo disso se dá principalmente nas mulheres jovens, que não se sentem à vontade para procurar um médico, ou adotar um método contraceptivo, o que acaba resultando em gravidez ou na contração de infecções sexualmente transmissíveis.

## **Combate à LGBTIfobia**

Abolir as diversas formas de opressão pressupõe, necessariamente, a construção de uma nova sociedade. Nos marcos do capitalismo, a superexploração da classe trabalhadora é a forma que o sistema encontra para superar crises e manter as taxas de lucro para uma ínfima parcela da população. Nesse cenário, o aprofundamento das opressões gera mais exploração e o mecanismo das opressões caminha lado a lado à superexploração, se revertendo em lucro para grandes empresários e em subemprego, informalidade e desemprego para a classe trabalhadora.

Vivemos em um momento de crise do capitalismo que gera também uma ascensão da direita e extrema direita no mundo, governos liberais na política econômica, mas extremamente conservadores nos costumes, embrenhados de preconceito, discurso de ódio, discriminação e violência, perseguem a população LGBTI+ tendo como agenda o extermínio dessa população. Os tipos de violência sofridos pelos LGBTI+ passa por discriminação no trabalho, com limitações em contratações de emprego e salários mais baixos; em casa, com surras, estupros corretivos e expulsão do lar; nas instituições de ensino, muitas vezes levando ao abandono escolar; nos dispositivos de saúde, que muitas vezes negam atendimento ou minimizam as especificidades da população LGBTI+ e em diversos aspectos da vida, levando muitas vezes a torturas e assassinatos.

O Brasil mantém, há mais de quatorze anos, a vergonhosa marca de país que mais mata e assedia pessoas LGBTI+ no mundo. Segundo o Grupo Gay da Bahia, em 2023, houveram 257 mortes violentas de LGBTI+ no Brasil, sendo uma morte a cada 34 horas, sendo 127 pessoas travestis e transgêneros, 118 gays, 9 lésbicas e 3 bissexuais, além de 20 suicídios. A maioria das vítimas possuíam a idade entre 19 e 45 anos, e 29,5% morreram em suas casas. Sabemos que a violência contra LGBTI+ ainda é subnotificada, já que muitas vezes não se ligam os homicídios à orientação sexual ou identidade de gênero das vítimas. Além disso, LGBTI+ negros são 21,39% das vítimas de crimes violentos, mesmo que em 60% dos casos não se indique qual a raça ou etnia das mesmas. E apesar da extrema direita ter um papel crucial nessa realidade, a LGBTIfobia existe nos diversos espectros políticos e deve ser combatida veementemente em nossa sociedade.

A burguesia tenta nos convencer de que é possível superar as opressões sem mudar o sistema de exploração, o que só desorganiza o movimento LGBTI+, apontando saídas individuais, defendendo meritocracia e empreendedorismo, que nada mais são do que táticas burguesas para a manutenção da realidade opressiva, ao responsabilizar os sujeitos por sua condição de explorados e oprimidos. Governos progressistas negligenciam demandas LGBTI+ em troca de acordos de conciliação com a burguesia e com setores reacionários e, por isso, avançam muito pouco na conquista de direitos para essa população e, por vezes, mesmo essas pequenas conquistas são ameaçadas de sofrer retrocessos. Governos que se colocam como aliados às causas LGBTI+ no discurso, se exime de fazer o enfrentamento necessário para um real combate a LGBTfobia e a falta de políticas públicas têm um papel crucial no aprofundamento das opressões.

Outro dado extremamente alarmante e também subnotificado é o da violência LGBTIfóbica. O estado de Minas Gerais aparece em segundo lugar com mais registros de lesão corporal dolosa contra LGBTI+, no país que mais mata essa população. Dados compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2021 e 2022, registram 988 crimes dessa natureza no estado e 4374 em todo país, o que significa que Minas Gerais registrou 22,5% do total do país. O estado é também o terceiro lugar em registros de estupro contra a população LGBTI+, com mais de 13,5% dos registros totais, nesses anos. É urgente a necessidade do combate a violência LGBTIfóbica.

Várias cidades promulgaram leis que proíbem o uso da linguagem neutra ,é um ataque direto à população LGBTI+ e uma tentativa de invisibilizar e desumanizar essa população. As variadas identidades de gênero e orientações sexuais, deve fazer parte dos programas escolares e serem discutidos de forma laica de modo a reduzir a opressão.

**<u>Combate ao racismo</u>**

Um partido revolucionário tem o dever de apresentar um programa de combate ao racismo nas eleições. Foi através da escravidão de africanas e africanos que o capitalismo se estabeleceu e é através da superexploração de negros e negras que os capitalistas também se mantém no poder.

Tanto a escravidão quanto a superexploração de negros e negras são sustentados pela ideologia do racismo. O racismo tem a função de dividir a classe trabalhadora, fazendo com que negros e não negros não se unam para contra a burguesia para por abaixo seus privilégios.

O Brasil é de maioria negra. No Censo de 2022, pela primeira vez, a porcentagem de pessoas que se autodeclaram negras é superior das que se autodeclaram brancas. Possuímos, no país, 45,3% de pardos, 10,2% de negros e 43,5% brancos. Isso é reflexo da discussão racial em nosso país que permite que mais pessoas se autodeclaram negras e se reconheçam racialmente. Em Contagem, segundo o Censo de 2022, 50,23% da população se consideram pardos e 14,48% se declaram pretos, enquanto 35,29% se consideram brancos.

A não reparação da escravidão levou a população negra a se localizar nas periferias e cada vez mais a pobreza é empurrada para fora do centro da cidade, fruto da especulação imobiliária e da ausência de espaço a ser construído nas metrópoles. Formou-se assim, regiões periféricas com uma concentração maior de negros/as. Isso traz consequências para as políticas públicas de habitação, saneamento básico, saúde, educação, transporte e mobilidade, além de locais de lazer e diversão. Enquanto nas periferias da cidade, a mobilidade é dificultada pela redução de linhas de ônibus, a política de cultura é deixada à margem,.

É necessário pensar uma política para a cidade que abarque as necessidades estruturais mais imediatas e entender que o combate ao racismo também é um elemento importante para se pensar as políticas públicas. Sem essa perspectiva, as diferenças raciais existentes serão mantidas na estruturação da capital.

Trabalho e renda

Nas crises do capitalismo os setores mais precários pagam a conta dos ricos. Nos momentos de crise mulheres e negros e negras são os primeiros a perderem o emprego. Além do desemprego um outro fator que demonstra o racismo é a disparidade entre os rendimentos de negros e brancos bem como a maior jornada de trabalho.

Segundo o DIEESE, no segundo trimestre de 2023, 65,1% dos desocupados eram negros e os negros ganham em média 39,2% a menos que os não negros. As mulheres negras ganham 38,4% a menos que as mulheres não negras, 52,5% a menos que homens não negros e 20,4% a menos que homens negros. Em relação à informalidade, 46,1% da população negra trabalha informalmente Os negros ocupados trabalharam cerca de 1 hora a mais que os não negros.

Como vimos Contagem é uma cidade em que a maioria da população é parda ou negra, é uma cidade que vive todos os danos do racismo sobre a população, influenciando no desemprego, empregos precários, na informalidade destinada ao negros e negras na cidade e também na extrema pobreza e na questão da população de rua. A crise econômica escancarada com a pandemia, aumentou o número da população de rua na cidade, ou moradias precárias, mostrando que mais uma vez a pobreza tem raça.

Não há políticas efetivas pela Prefeitura tanto de emprego e renda quanto de solução real para a questão da população de rua da cidade. Esse fato mostra a prática racista do sistema capitalista, que mantém os oprimidos na super exploração para aumentar seus lucros.

Não defendemos as eleições como uma possibilidade de resolver as opressões em nossa sociedade, pois sabemos que a democracia burguesa não tem esse interesse, mas acreditamos que seja

imprescindível o debate e a luta contra as mesmas. Não podemos nos furtar de apresentar um programa que tenha como tema central o combate às opressões e, por isso, as candidaturas do PSTU apresentam propostas que buscam, em última instância, a organização da classe trabalhadora para destruir esse sistema e a construção de uma sociedade socialista onde medidas concretas de combate às opressões poderão ser implementadas.

O capitalismo utiliza as opressões para explorar ainda mais os setores da classe trabalhadora. Desta forma, o racismo, o machismo e a LGBTIfobia, além de dividir a classe, são instrumentalizados para aumentar os lucros do capital, além de significar, para esses setores, uma brutal violência diária por parte da polícia.

Defendemos o combate a toda forma de opressão. Pelo fim do genocídio da juventude negra, regularização das terras quilombolas, garantia de direitos, papéis e fim do preconceito contra imigrantes e pela criminalização da LGBTIfobia.

É necessário uma política de criação de empregos na cidade que leve em conta as desigualdades oriundas das opressões conjugada com implementação real da legislação que equipara salário, levando em conta a disparidade salarial entre negros e brancos, entre homens e mulheres e a população LGBTI+.

Garantir a construção de lavanderias e restaurantes públicos para que o trabalho doméstico seja garantido pela cidade e não necessariamente pelas mulheres, já que a grande maioria do trabalho doméstico recai sobre as mesmas.

Implementação de políticas públicas reais de combate a violência à mulher. A aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha, com mais construções de Casas Abrigo, delegacias especializadas em violência à mulher, Centros Integrados de Atendimento à Mulher para atendimento social, psicológico, médico e jurídico à mulher vítima de violência. Além de preparação mais qualificada dos órgãos de segurança para atendimento à mulher violentada. Junto a essas medidas, ampliação da capacidade de atendimento da capital e julgamento dos casos de violência pelo Poder Judiciário.

Luta pela legalização e descriminalização do aborto. Contraceptivos gratuitos nas Unidades Básicas de Saúde como DIU, pílula anticoncepcional, pílula do dia seguinte, camisinha feminina e masculina, sem burocracia. Direito à ligadura de trompas realizada pelo SUS, a qualquer mulher que deseje realizá-lo, independente de autorização do parceiro. Ampliação dos dispositivos de saúde para realização de aborto legal, sem constrangimento ou criminalização.

É preciso educação sexual nas escolas, de forma laica e que auxilie as mulheres e LGBTI+ a compreenderem seu corpo e sua sexualidade, combatendo o preconceito e a discriminação. A violência aos LGBTI+ atinge números exorbitantes na capital, é preciso uma criminalização efetiva e ampliação de Delegacias Especializadas em crimes de LGBTIfobia. Para além dessas medidas, ampliação das casas de abrigo para acolhimento e política habitacional para garantia de moradia à comunidade LGBTI+ vítima de violência. Ampliação e aplicação da Lei do Racismo (Lei n 7.716/1989) que prevê em seu artigo 20 o crime de injúria em casos de ofensa homofóbica ou transfóbica. A saúde LGBTI+ é constantemente relegada, para isso é necessário elaboração de políticas de saúde específicas e criação de dispositivos de saúde especializados. A criação de Conselhos Populares é importante para pensar política e autodefesa da população LGBTI+ .

A luta contra o racismo deve englobar políticas concretas contra o genocídio contra juventude negra, pela desmilitarização da PM, pelo fim dos autos de resistência, contra a redução da maioridade penal, contra o uso de reconhecimento facial para prisões, pela legalização de todas as drogas e com produção e controle do estado e pela revogação da Lei Anti Drogas (2006).

Além disso, a implementação de moradia digna para os trabalhadores; contra a criminalização dos movimentos sociais e lutar pela real implementação das leis 10.639 e 11.645.

**CULTURA**

Contagem, cidade de uma população trabalhadora que produz muita riqueza, que sofre as mazelas do capitalismo; exploração e opressão são os produtos de uma burguesia mesquinha como a classe a que pertence. Cidade de grandes desigualdades sociais e humanas, mas também um lugar muito fácil de ver, ouvir, sentir e viver a riqueza das manifestações sociais e culturais.

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 215, afirma: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais." No entanto, no Brasil e na cidade de Contagem o direito à cultura é letra morta.

Cultura não é pão e circo! Não é a visão empresarial, que considera Cultura como negócio e/ou mercadoria. Porque Cultura é modo de vida e existência, invenção e criação. Mais do que isso, é vontade de mudar. Existência que se inventa/reinventa/resiste à massificação cotidiana imposta pela reprodução capitalista, pela alienação do trabalho, pela ideologia do vencedor. A cultura se apresenta nas expressões que marcam os acordes da viola, as estrofes do cordel, a rima pesada do rap, o verso fino do poeta. Está na mais íntima expressão das cores nas artes plásticas, nas galerias e museus, como também nos muros/paredes com o grafite. Registra-se em todo Sarau quando reinventa a poética da Cidade. Está presente nos sons apurados da Orquestra Sinfônica, na métrica construída na plasticidade do Corpo de Ballet Clássico, na invenção mágica das imagens do cineasta. Atividade humana, trabalho apurado na matéria prima da sensibilidade, no domínio técnico de uma linguagem. São expressões que saem da vida, de modos de vida e de trabalhos, e somente existem em razão da atividade de milhões e milhões. É o que se cria enquanto se resiste à lógica perversa do Capital, no bom deboche e escracho, na gíria, no riso sarcástico na sofrida melodia do ônibus lotado, do metrô empilhado, do miserável salário e com o xingo do patrão.

As prioridades culturais da Cidade devem ser desenvolvidas com infra-estrutura, recursos humanos e orçamentários públicos e orientadas por ampla e permanente discussão nas várias regiões do município através dos Conselhos Populares que possibilitem amplos debates, mapeamento das condições locais, e definições dos eixos prioritários na região, e que desaguem periodicamente em Congresso Municipal de Cultura constituído por representantes escolhidos democraticamente em Assembleias dos Conselhos Populares. Do Congresso Municipal de Cultura serão elaboradas as Diretrizes de um Programa Municipal de Cultura.

As políticas públicas de cultura devem voltar-se centralmente para a constituição de uma perspectiva crítica e ativa dos indivíduos no processo social, político e cultural enquanto protagonistas de transformações políticas, sociais e culturais. Também precisam ter como princípios a garantia das liberdades de expressão e a defesa da diversidade.

Para isso, as políticas públicas de cultura precisam se articular com as políticas públicas municipais de várias áreas (Educação, Planejamento e Reforma Urbana, Esporte e Lazer, Patrimônio Histórico, Combate às Opressões e Saúde), como também se apoiar exclusivamente nos recursos públicos, de âmbito municipal, estadual e federal.

São os trabalhadores protagonistas centrais dos processos culturais na sociedade, que preservam e recriam continuamente suas identidades sociais, reinventam modos de vida e existência, como também suas expressões artístico-culturais. De acordo com suas forças e conjunturas políticas resistiram coletivamente com suas memórias e tradições de classe à massificação cultural imposta pela indústria cultural e os meios de comunicação de massa. Cabe ao Governo Socialista dos trabalhadores possibilitar a dinâmica cultural, por meio do estímulo à criação, acesso e fruição e formação às múltiplas expressões de arte e da garantia da manutenção da cultura popular ameaçada pelos processos de gentrificação e mercantilização da tradição.

As prioridades devem ser desenvolvidas através da secretaria municipal de cultura. É preciso haver infraestrutura, recursos humanos e orçamentários públicos (estatais) que sejam orientadas por ampla

e permanente discussão nas várias regiões do município através de Conselhos Locais de Cultura. Esses conselhos devem realizar amplos debates sobre as demandas locais, mapear as condições locais de produção e reprodução de arte e cultura, e definir os eixos prioritários na região.

**Diversidade cultural**

A garantia da reprodução das diferentes manifestações culturais que existem no interior da cidade é de interesse prioritário das comunidades e famílias detentoras dos saberes necessários à manutenção de reprodução das tradições. Muitas das comunidades tradicionais se vêem ameaçadas pela gentrificação e pelo fetichismo gerado pela indústria do entretenimento sobre suas tradições. Na sociedade capitalista as famílias e comunidades com manifestações culturais tradicionais sofrem com o assédio da especulação imobiliária que tem o interesse na gentrificação 52 (o que destroi os locais de reprodução das tradições) e da indústria do entretenimento (que tem o interesse na fetichização e mercadorização das suas tradições culturais). Tais comunidades não encontram apoio no Estado. É papel do governo socialista dos trabalhadores as garantias de manutenção e reprodução das manifestações culturais, defendendo tais comunidades das grandes corporações econômicas.

Faz-se necessário um projeto de garantias estatais das condições necessárias aos grupos e comunidades para a sua reprodução cultural. Os indivíduos e grupos sociais devem ter garantidas as condições de preservar e reproduzir suas expressões culturais, respeitando a sua identidade e sua participação na vida social mais ampla da cidade de forma laica.

Planejamento participativo da política cultural do município

Um dos pontos mais importantes para o nosso projeto é ampliar a participação popular e da classe trabalhadora, potencializando as ações e incentivando outras desenvolvidas pela própria sociedade.

Neste sentido, é necessário promover o mapeamento dos sítios e documentos referenciais da cultura, para que a partir daí se possa garantir a instalação de equipamentos culturais (Centros de Cultura, Centros Culturais, Centros de formação artística, ateliers, salas de cinema, laboratórios de cinema e fotografia, bibliotecas, teatros, corais, orquestras, orquestras de percussão, estúdio de gravação, etc.), equipamentos de sociabilidade importante para as atividades em arte e cultura (praças públicas, quadras públicas, parques, etc.) e Centros de Referência em proteção às tradições locais, comunitárias e populares.

**Emprego e Renda**

É preciso que o poder público reconheça como funcionários públicos os produtores e artistas culturais garantindo-lhes a remuneração adequada, condições de trabalho como espaço e instrumentos de trabalho adequados (equipamentos culturais) e direitos trabalhistas assim como os demais trabalhadores. A grande maioria dos produtores culturais e artistas vivem sem nenhuma garantia de renda e trabalho, necessitando de vender seu trabalho sujeitando a arte e a cultura aos interesses do mercado de entretenimento, ou vivem pulando de projeto em projeto sem conseguir dar continuidade a um determinado trabalho criativo. A edificação de equipamentos públicos garantindo as condições de trabalho e o assalariamento dos profissionais via Secretaria de Cultura do Município, garantirá a verdadeira liberdade artística e maior fomento à produção de arte e bens culturais. Acreditamos que a cultura tem que ser política de Estado, neste sentido apresentamos as seguintes propostas:

**Defendemos:**

- Criação de conselhos populares de cultura diversificados e um conselho municipal geral de cultura;
- Aumento dos recursos financeiros para a área cultural, que devem ser definidos e gestados pelos conselhos populares;
- Identificação das expressões e movimentos culturais na cidade, cadastramento destes movimentos, a fim de garantir a construção de equipamentos culturais necessários para garantir todas as condições de trabalho e o assalariamento dos profissionais com todas as garantias trabalhistas;

- Construção dos centros de referência em defesa das manifestações culturais de tradição contra a gentrificação e mercantilização das tradições culturais.
- Ampliação e construção de centros culturais na cidade, com uma programação ampliada e diversa.
- Contra a gentrificação do centro da cidade, que expulsa a maioria da população dessa região da capital.
- Preservação e respeito aos artistas e artesãos de rua;
- Garantir que os programas de fomento à produção cultural priorizem a expressão popular negra, indígena, quilombola, periférica e de bairros operários a exemplo dos diversos grupos ligados ao Movimento Hip Hop;
- Desenvolver políticas culturais que priorizem os trabalhadores e a juventude com o objetivo de torná-los protagonistas de ações culturais no espaço da cidade, por meio de constituição de pólos culturais nas regiões periféricas do município;
- A área da Cultura deve ter uma ampliação substancial e fixada no orçamento do município, possibilitando desta maneira a execução de políticas culturais mais amplas voltadas para a classe trabalhadora e a juventude;
- Fomento à produção cultural no município, tendo como eixo central o aporte financeiro público com a definição de leis de fomento setoriais para Cinema, Teatro, Dança, Artes Plásticas e expressões culturais emergentes;
- Desenvolver a ocupação e manutenção de espaços públicos tornando-os efetivamente equipamentos culturais para a produção, criação, discussão e fruição: praças, prédios abandonados e do patrimônio histórico.
- Reforma e reabertura do CineTeatro Municipal, assim como criação de outros espaços culturais na cidade de Contagem.

Toda liberdade em arte!, já dizia Trotsky. E precisamos caminhar para uma cidade plural que respeite sua diversidade cultural contra o machismo, o racismo, a lgbtfobia e a xenofobia.
“Ela virá!
A Revolução conquistará a todos
O direito não somente ao pão,
Mas também à poesia!

**JUVENTUDE**

Na resistência de aproveitar um pouco a vida, a juventude participa das batalhas de Rima no centro da cidade e nas periferias, organiza eventos independentes, mas sofre com o preço absurdo das passagens e com a dificuldade do direito à cidade.

Os jovens negros sofrem com a violência policial, o pulão em todo evento, e nem sequer a prefeitura organiza e divulga os dados da violência sobre os jovens negros.

Do jovem, espera-se que seja parte ativa na construção das cidade, e justamente na nossa vez de sermos jovens no mundo, além de todas essas coisas, as nossas perspectivas são baixíssimas: diploma não garante emprego, comprar uma casa está fora de cogitação, conseguir um emprego de carteira assinada não é uma possibilidade e tampouco garante estabilidade. Ao jovem de nossa cidade é relegado cada vez menos oportunidades de trabalho e, quando encontram, são informais, instáveis e extremamente exploratórios, com cargas horárias extenuantes e poucos direitos. E ainda somos convencidos até mesmo de que somos nós que temos que dar conta sozinhos das nossas dificuldades, de que “fazendo nossa parte a gente chega lá”, que estudando um pouco mais, conseguimos fazer a diferença na nossa vida e na vida de outros.

Mas o que ninguém conta é que você tem que estudar mais, mas numa escola jogada às traças, e que pode ser que você abandone os estudos pra ir trabalhar. Que você precisa se esforçar, mas que ninguém vai te contratar sem experiência, e que pra ter experiência você vai ter que trabalhar de graça pras empresas - que precisa fazer isso pra deixar de ser mole, afinal, “os jovens hoje em dia não querem trabalhar”. Que ajudar em casa quer dizer abrir mão da vida para cuidar de crianças e parentes, já que o Estado não garante esse cuidado, como acontece com as meninas desde cedo.

Também não dizem que obedecer ao patrão quer dizer aguentar todo tipo de coisa em trampos de escala 6x1 e ficar em silêncio, para “estar de acordo com a cultura da empresa”. Não dizem que você vai sofrer opressão por ser LGBTI+ no trabalho, ou mesmo não conseguir trabalhar. Não falam que o “vai dar tudo certo” é você, diante de vários obstáculos, conseguir um diploma, uma pós-graduação, e ainda assim não saber se vai ter emprego, ou se o emprego vai ser suficiente pra te sustentar em meio à carestia da cidade.

E é claro, a falta de perspectiva se converte em vários problemas de saúde mental. A depressão, a ansiedade, os problemas de concentração tomam conta de pessoas cada vez mais novas.

E enquanto isso o meio-ambiente está sendo devastado e parece que o planeta está caindo aos pedaços. Todo dia um novo empreendimento ameaça a natureza, polui o ar e compromete a disponibilidade da água, isso tudo em meio às mudanças climáticas, ondas de calor e perspectivas de uma qualidade de vida reduzida em poucos anos.

Essa é a realidade da maior parte dos jovens da cidade. Mas tem uma parte, muito menor, que vive muito diferente. São os jovens bilionários, e os filhos dos donos do capital. Para eles, ser parte da construção da cidade significa estudar, se preparar, se conhecer e se divertir e, no futuro, utilizar seu patrimônio para abrir empresas e investir em empreendimentos. Esse jovem “faz sua parte” ao “dar oportunidades” para o trabalhador. Cabe a nós agradecer por investirem e “abrirem portas”.
O pior de tudo é que, a juventude pobre é ideologicamente convencida de que não alcançar os êxitos do jovem rico é culpa delas. Projetos como o Novo Ensino Médio(NEM), que também afeta a educação do nosso município, vem pra homologar a ideologia do “faça você mesmo”. Lula aprovou o NEM, que vai destruir a escola pública, abrindo brechas para a privatização, e criar um abismo entre a escola dos trabalhadores e a dos filhos dos ricos, aprofundando a desigualdade entre o ensino técnico e o regular. Sob o argumento de encarar o problema do emprego entre os jovens, na verdade adequa a escola ao mercado de trabalho precário, endossando as iniciativas de “transição escola-trabalho” do imperialismo, que o que fazem é transformar o jovem em um trabalhador explorado desde mais cedo ainda.

O que fazem os outros?

Só há uma opção para quem quer defender o povo trabalhador, e também combater a extrema-direita, os bolsonaristas e fascistas de plantão, que vão disputar nossa prefeitura e também pretendem eleger uma gigantesca bancada de vereadores: ajudar a disseminar essas ideias de crítica ao capitalismo e, como parte disso, crítica a Lula e aos partidos que se dizem defender os trabalhadores, mas que o que fazem é acabar mantendo e renovando os setores da burguesia.

As organizações políticas e lideranças que falam que o único possível de ser feito é estar com a esquerda capitalista estão buscando um meio termo para mascarar que estão mudando de lado. Por exemplo, em Contagem e várias cidades, o PSOL vai apoiar o PT para a prefeitura. E o PT fez uma frente ampla com partidos do campo bolsonarista e da direita. Diante da catástrofe, em que uma posição revolucionária consistiria em chamar os trabalhadores para se auto-organizarem e governar, o lamentável papel do PSOL é o de canalizar tudo para as eleições.

Se ancoram numa compreensão do senso comum, que não encara os partidos do ponto de vista do projeto político que sustentam no capitalismo, e sim como ajuntados de intenções, que podem ser boas ou ruins. Mas, uma vez que se concorda em governar o capitalismo, não há mais volta. Começam entregando os anéis, para em breve entregarem os dedos, e depois mergulhar de cabeça.

**O que propomos?**
Para ter uma Contagem mais alfabetizada e com mais educação de qualidade, o que é preciso? A primeira coisa é investimento, nas escolas e universidades, só que para isso precisamos atacar os lucros e interesses da burguesia em relação ao orçamento. No entanto, não apenas isso, porque como precisam de uma educação limitada a servir seus interesses, só investem no que dará retornos para uma cidade que seja prestadora de serviços. Sem mudar nossa desindustrialização, nossa submissão ao imperialismo e à burguesia, não tem como ter uma educação de qualidade para todos.

Isso começa por exigir a revogação do NEM, projeto que pretende ampliar as privatizações das escolas e garantir uma mão de obra mais precarizada para a juventude, mais serviçal, menos remunerada, e que não estuda para resolver os problemas da própria população.

A segunda medida que os jovens trabalhadores precisam hoje seria emprego com boa renda. Para conseguirmos isso, o que precisamos fazer? De que maneira seria possível garantir 100% da população empregada, se a burguesia se beneficia do desemprego? Vejamos: se há uma grande massa de desempregados, eles podem rebaixar o salário de todos, e ainda manter na linha quem é empregado, através do assédio e imposição do medo.

Para uma cidade como a nossa, frente à miséria e fome de parte da população, será que não faria sentido criar um jeito em que mais pessoas pudessem estar empregadas e ter renda? Por exemplo, se diminuíssem as horas de trabalho por dia de todos, para empregar mais pessoas, e aumentar os salários de acordo com a inflação. No modo como funciona a sociedade hoje, não há como. Por isso é necessário que a cidade acabe com a escala 6x1, que submete os jovens pobres a uma rotina adoecedora, e empregue o conjunto dos jovens inclusive nos setores de infra-estrutura decadentes da cidade, na construção civil, no sistema de saneamento básico, produção de tecnologia, etc.

Portanto, é possível garantir os direitos que precisamos para viver uma vida mais digna e humana? Sim, seria possível. O que nos impede de realizar essas mudanças? A pergunta fundamental não é se é possível fazê-las, mas sim: como fazê-las? Nossa luta por educação pública de qualidade, para ter acesso ao acúmulo científico e tecnológico, assim como a luta por emprego e salário, devem estar ligadas a tirar tudo isso das garras da burguesia, que é quem impede o pleno desenvolvimento de tudo para os trabalhadores.

Por tudo isso, defendemos:

- Fim da escala 6x1! Divisão do trabalho entre todos os jovens e desempregados de acordo com as necessidades de produção da cidade.
- Investimento na cultura e esportes para a juventude e os trabalhadores da cidade.
- Pelo fim da violência contra a juventude.
- Pelo fim do Novo Ensino Médio de Lula: Mais investimentos em educação, contra o projeto de privatização e terceirização das escolas.
- Transporte gratuito para toda a juventude. Toda juventude precisa se locomover.
- A juventude quer direito ao futuro: Pela estatização das empresas que destroem o meio ambiente!
- Por uma Universidade Pública em Contagem.

**SEGURANÇA**

O Brasil vive um cenário permanente de guerra civil contra pobres, negros, indígenas, LGBTIs e periferias das grandes cidades. No campo, os trabalhadores rurais, sem terras, quilombolas, vêem suas terras serem invadidas, tomadas à força por capangas e arder nas chamas provocadas pelo agronegócio. Para manter esse Estado permanente de terror o Estado arma e forma, braços armados como as PM 's, e um verdadeiro exército de jagunços e seguranças privados, para oprimir e garantir seus interesses. Hoje, quanto mais o país se desindustrializa e especializa as forças produtivas na produção de alimentos, mineração, extração de petróleo, mais ataques aos direitos, mais violência e mais mortes.

Não basta somente citar números dos anuários e das manchetes que, ano após ano, somam-se obituários desde nossos antepassados. Nosso passado colonial nunca deixou de existir. A violência contra nosso povo nunca deixou de existir.

A segurança pública no capitalismo está visivelmente na contramão de uma segurança da maioria da população. As secretarias de segurança, as polícias, são braços armados do capital, dos banqueiros, latifundiários e do agronegócio. Esperar que esse Estado e suas instituições promovam uma reforma que vá humanizá-las não passa de uma cruel ilusão.

Dizemos com todas as nossas forças e em nome de todos que sofrem a violência do Estado que devemos dar um basta. É preciso acabar com as polícias militares. Destruir sua hierarquia militar, seus títulos militares, seus porões de formação de torturadores que, nas ruas, batem e matam nossos jovens. É preciso tomar medidas para acabar com essa guerra às drogas nas periferias, enquanto os verdadeiros marginais desfilam com seus carros importados e vivem em suas casas de luxo, com toda mordomia, com seu dinheiro devidamente "lavado" em contas bancárias dos grandes bancos.
É preciso acabar com esse sistema prisional onde 80% dos presos são negros. São monumentos vivos da escravidão. Onde se ataca as consequências da desigualdade enquanto as causas são mantidas e até alimentadas. Viram negócios lucrativos para grandes empresários obterem lucro, como os antigos traficantes de escravos. Todos os governos promovem e são cúmplices de nossos mortos.

A violência policial na cidade de Contagem tem endereço e é em sua maioria na periferia. É uma das cidades com maior taxa de homicídios na juventude.
As políticas de segurança pública são racistas e perseguem mais negros que brancos no país. A discussão sobre câmeras usadas por policiais, que em certo ponto, reduziram as ações truculentas das forças de segurança pública, cai agora em uma discussão sobre seu uso contínuo ou não. Não resta dúvidas que as câmeras não estarão ligadas em momentos de violência desproporcional nas periferias da cidade. Além disso, o controle dessas câmeras fica em todos os níveis com a própria polícia, sendo possível burlar as imagens. Outro elemento da segurança pública que escancara o racismo é o uso do reconhecimento facial. Essa ferramenta é usada para identificar supostos criminosos, mas o que se vê é que 90% das prisões usando essa tecnologia são de pessoas negras, no país. Enquanto a segurança pública se pautar no racismo para atuar, a violência policial e as prisões terão cor e endereço certo no Brasil.

Outra questão que revela o racismo na segurança pública é a política de combate às drogas. A Lei 11.343/2006, conhecida como Lei Antidrogas, não serviu em nada para o combate ao tráfico, pelo contrário, serviu para aumentar a população negra carcerária. Essa Lei não define critérios objetivos para separação entre usuário e traficante, e mesmo que a pena seja distinta, depende da autoridade policial definir o que é uma quantidade de tráfico ou uso pessoal. Obviamente a quantidade encontrada com um jovem negro será mais taxada como tráfico do que a mesma quantidade encontrada com um jovem branco, principalmente nas áreas mais nobres da cidade. A PEC 45/23 ainda piora a Lei Antidrogas, já que criminaliza tanto usuários quanto traficantes. Isso significa que

qualquer quantidade de drogas encontrada é crime e deve haver pena, mesmo que mais brandas. Essa PEC é um retrocesso pois mais uma vez, os agentes de segurança e os juízes irão definir quem é usuário e quem é traficante e mais uma vez os jovens negros serão os mais acusados.

Temos que rever o papel da Guarda Municipal. Que segue com a mesma truculência da policia militar e serve para oprimir os mais pobres e não garante a segurança da população

Defendemos:

- Somos contra a criminalização das lutas, da pobreza e da negritude! Lutar não é crime! Ser pobre não é crime! Ser negro não é crime!
- Para haver segurança, primeiro tem que haver emprego e condições dignas de vida para todos e todas.
- Para que os trabalhadores e o povo pobre das periferias possam se sentir seguros nas cidades, as ruas, as praças, os parques, os becos e as vielas tem que ser retomados, tem de ser alimentados com atividades, com vida, com dinâmica, com gente circulando, convivendo.
- É preciso que a prefeitura garanta iluminação, acesso a wi-fi, infraestrutura de áudio e vídeo para todas as praças e parques (priorizando os localizados nas periferias) e que fomente a realização permanente de atividades culturais, de esporte, lazer e formação inclusive noturnas, dando a estes espaços vida e fortalecendo experiências de socialização entre as pessoas.
- É preciso ainda acabar com a PM, uma polícia militarizada, formada para a guerra e para a repressão pura e simples a toda revolta social. Defendemos uma Polícia Civil Unificada, que seja radicalmente democratizada, cujos delegados e chefes, além de concursados, sejam eleitos diretamente pela população nas comunidades e nos bairros.
- Contra a Lei Antidrogas ( 11.343/2006) e a PEC 45/23 que não resolve a questão da criminalização das drogas e dos usuários. Defendemos a legalização de todas as drogas e o controle da sua distribuição pelo Estado, para acabar com o narcotráfico. Junto com isso, o Estado deve garantir campanhas de saúde pública e o atendimento estatal de saúde aos usuários. Nem o fim da PM ou a legalização das drogas é da alçada do município, mas uma cidade e uma prefeitura que levante estas bandeiras contribuirá para a luta pela conquista delas.
- Defendemos o direito à autodefesa dos trabalhadores nas periferias, nos quilombos, nas aldeias, nas comunidades de pequenos e médios trabalhadores rurais. Estes devem formar suas guardas de defesa, com auxílio e entrega de armas pelo Estado. É preciso que o povo organizado tome para si a defesa de nossas vidas e de nossa terra.
- Contra o uso do reconhecimento facial para identificação de pessoas. Uma política racista, que serve à maior criminalização da população negra.
- Contra a privatização do sistema penitenciário. Privação de liberdade não pode servir à obtenção de lucro para a burguesia.

**CONSELHOS POPULARES**

A organização da classe trabalhadora é uma das questões decisivas da atual época de guerras, crises econômicas e revoluções. Desde a Comuna de Paris e, principalmente, das duas revoluções russas (1905 e 1917), a questão dos sovietes, conselhos operários, conselhos populares e outros organismos de luta e poder esteve presente em várias revoluções e situações revolucionárias.

Nos tempos atuais, em todas as lutas importantes, os ativistas também encontram a necessidade de construir ou de elaborar políticas para o surgimento de organismos criados na própria luta que, em nível local ou setorial, assumem aspectos de controle popular. Isso acontece nas ocupações de terras, terrenos urbanos e escolas, na formação de comitês de fábrica.

Apesar de assinalarmos que essa foi uma experiência com características particulares que serão explicadas mais adiante, é importante frisar os aspectos gerais que são comuns a organizações desse tipo.

1. São órgãos de mobilização e luta dos trabalhadores e dos setores populares em defesa de suas reivindicações.
2. A eleição dos representantes é feita de forma democrática em assembleias de base, e estas podem substituir os eleitos a qualquer momento (revogabilidade de mandatos).
3. São organismos da classe trabalhadora e dos setores populares que, para cumprir seus fins, devem ser expressão da independência de classe, isto é, não devem admitir a participação de partidos burgueses, grandes empresários ou políticos que os representem.
4. De acordo com a correlação de forças, nacional e local, podem assumir tarefas que correspondem ao aparato do Estado por fora deste.

Os chamados orçamentos participativos, ao contrário da proposta de conselhos populares, é sempre uma política que limita a participação popular e a subordina ao Estado burguês. Na verdade, por trás de sua aparência democrática e participativa, estes organismos não têm nenhum poder resolutivo sobre as principais decisões políticas das administrações municipais. Estão sempre limitados a discutir iniciativas sobre uma parcela mínima -10%, 5%, 2% - dos orçamentos municipais.

O Conselho será um instrumento de defesa dos interesses da população. Será a base de um verdadeiro governo dos trabalhadores e neste sentido será um organismo que permitirá a participação direta do povo nas decisões da administração.

O Conselho será uma entidade de mobilização dos trabalhadores e do povo em defesa das suas reivindicações e contra seus inimigos. Um Conselho deliberativo

O Conselho decide e faz valer a sua vontade (que é a do povo) sobre a própria administração e outros órgãos.

Do Conselho participarão todas as Entidades do Movimento Popular e Sindical do Município, ou seja, as entidades classistas que representam o povo trabalhador de Contagem, tais como Associações de Bairro, Sindicatos, Entidades Estudantis, Movimentos de Luta por Moradia, Movimentos de Luta contra as Opressões, Movimentos Populares de Artistas, etc. Todos os membros do Conselho serão eleitos diretamente pela base em Assembleias Populares das entidades que o compõem.

Todos os conselheiros poderão ser substituídos pela comunidade a qualquer momento se não estiverem desempenhando suas funções a contento. Essa substituição se dará da mesma forma que a eleição do conselheiro, isto é, por meio da Assembleia Popular que o elegeu.

## UM PARTIDO OPERÁRIO E SOCIALISTA